



DIÁRIO OFICIAL

Piracicaba, 31 de maio de 2011

PODER EXECUTIVO

LEI COMPLEMENTAR N.º 268, DE 17 DE MAIO DE 2011.
Aprova o Plano Municipal de Habitação de Interesse Social – PMHIS, nos termos dos ANEXOS desta Lei Complementar.

BARJAS NEGRI, Prefeito do Município de Piracicaba, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições,

Faz saber que a Câmara de Vereadores de Piracicaba aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte

LEI COMPLEMENTAR Nº 268

Art. 1º Fica aprovado o Plano Municipal de Habitação de Interesse Social – PMHIS, nos termos dos ANEXOS a seguir elencados, que ficam fazendo parte integrante da presente Lei Complementar:

I – Proposta Metodológica;

II – Diagnóstico Habitacional;

III - Estratégias de Ações.

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Piracicaba, em 17 de maio de 2011.

BARJAS NEGRI
Prefeito Municipal

WALTER GODOY DOS SANTOS
Presidente da EMDHAP

MILTON SÉRGIO BISSOLI
Procurador Geral do Município

Publicada no Diário Oficial do Município de Piracicaba.

MARCELO MAGRO MAROUN
Chefe da Procuradoria Jurídico-administrativa

ANEXOS

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	1
2 PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (PMHIS).....	3
3 PROPOSTA METODOLÓGICA.....	5
3.1 ESTRUTURA DE COORDENAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHOS.....	5
3.1.1 SUPERVISÃO GERAL.....	5
3.1.2 EQUIPE DE CONSULTORIA TÉCNICA CONTRATADA.....	5
3.1.2.1 COORDENAÇÃO GERAL.....	5
3.1.2.2 ARQUITETURA E URBANISMO.....	6
3.1.2.3 SERVIÇO SOCIAL.....	6
3.1.2.4 CAPACITAÇÃO TÉCNICA ESPECÍFICA.....	6
3.2 ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES EM CADA ETAPA DE ELABORAÇÃO DO PMHIS.....	7
3.3 ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES DA EQUIPE DE TRABALHO DO MUNICÍPIO.....	8
3.4 PROCEDIMENTOS PARA A EXECUÇÃO DAS ETAPAS E SEUS PRODUTOS.....	9
3.4.1 DIAGNÓSTICO HABITACIONAL.....	9
3.4.2 ESTRATÉGIAS DE AÇÃO.....	12
3.4.2.1 PRINCÍPIOS E DIRETRIZES.....	12
3.4.2.2 OBJETIVOS, METAS E INDICADORES.....	13
3.4.2.3 PROGRAMAS E LINHAS PROGRAMÁTICAS.....	14
3.4.2.4 RECURSOS E FONTES DE FINANCIAMENTO.....	15
3.4.2.5 INSTRUMENTOS DE GESTÃO E REVISÃO DO PMHIS.....	16
3.5 ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO, MOBILIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO, COM A IDENTIFICAÇÃO DOS DIFERENTES ATORES.....	17
3.6 FORMAS DE DAR PUBLICIDADE AO INÍCIO E AO TÉRMINO DOS TRABALHOS COM A APRESENTAÇÃO DA EQUIPE E DOS MECANISMOS DE PARTICIPAÇÃO POPULAR E DE ACESSO ÀS INFORMAÇÕES.....	18
3.7 FORMA DE ARTICULAÇÃO COM OUTROS PROGRAMAS E AÇÕES.....	21
ANEXOS.....	22

1. INTRODUÇÃO

O Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), instituído pela Lei Federal nº 11.124 de 16 de junho de 2005, tem como objetivo principal implementar políticas e programas que promovam o acesso à moradia digna para a população de baixa renda, que compõe a quase totalidade do déficit habitacional do País.

Além disso, o SNHIS centraliza todos os programas e projetos destinados à Habitação de Interesse Social (HIS), sendo integrado pelos seguintes órgãos e entidades: Ministério das Cidades; Conselho Gestor do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS); Caixa; Conselhos, Órgãos e Instituições da Administração Pública; Órgãos relacionados às questões urbanas e habitacionais; Entidades privadas que desempenham atividades na área habitacional e; Agentes financeiros autorizados pelo Conselho Monetário Nacional.

Em 2006, o FNHIS passou a centralizar os recursos orçamentários dos programas de Urbanização de Assentamentos Subnormais e de HIS, inseridos no SNHIS.

O FNHIS é composto por recursos do Orçamento Geral da União (OGU), do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social (FAS), dotações, recursos de empréstimos externos e internos, contribuições e doações de pessoas físicas ou jurídicas, entidades e organismos de cooperação nacionais ou internacionais. Estes recursos têm aplicação definida pela referida Lei, como por exemplo: na aquisição, construção, conclusão, melhoria, reforma, locação social e arrendamento de unidades habitacionais; na produção de lotes urbanizados para fins habitacionais; na regularização fundiária e urbanística de áreas de interesse social, ou; na implantação de saneamento básico, infra-estrutura e equipamentos urbanos, complementares aos programas de habitação de interesse social.

Uma das exigências, do Governo Federal, para que os Municípios possam acessar recursos do FNHIS, para atender às demandas habitacionais, é a elaboração do Plano Local de Habitação e Interesse Social PLHIS.

2. PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (PMHIS).

O PMHIS contribuirá para a consolidação do planejamento Municipal referente à questão habitacional num determinado espaço de tempo, considerando os instrumentos locais do ciclo de gestão orçamentário-financeiro.

Deverá apresentar diretrizes, linhas programáticas, fontes de recursos, metas e indicadores que expressem o entendimento do poder público e dos agentes sociais a respeito do planejamento do setor habitacional local, com o objetivo de promover o acesso à moradia digna.

Como ponto de partida, será considerada a situação atual do setor habitacional do Município, levando em conta: as disparidades sócio-econômicas; as bases legais e institucionais existentes e; a capacidade operacional e de gestão dos agentes públicos e privados do setor.

O PMHIS de Piracicaba terá como referência, ainda, as condições específicas do município:

" População: 358.108 (IBGE, 2008);

" Organização Institucional do Setor: Empresa Municipal de Desenvolvimento Habitacional de Piracicaba (EMDHAP);

" Condição institucional quanto à participação popular: Conselho Municipal e Fundo Municipal para a Habitação de Interesse Social (FUMDHAP). Todas as Etapas da elaboração do PMHIS estarão em consonância com as Resoluções do Conselho Gestor do FNHIS, com as orientações do Manual de Contratação e Execução do Ministério das Cidades e com as do Manual de Apresentação de Propostas de Ação Apoio à Elaboração de PMHIS.

3. PROPOSTA METODOLÓGICA

3.1 ESTRUTURA DE COORDENAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHOS

O PMHIS será elaborado com a cooperação de vários Profissionais Especializados, tanto da Empresa de Consultoria Contratada, quanto da Prefeitura Municipal.

3.1.1 SUPERVISÃO GERAL

O Sr. Walter Godoy dos Santos (Presidente da EMDHAP) será o responsável pela supervisão dos trabalhos da Bonin & Silva Consultoria Sócio Ambiental Ltda, assim como pela efetiva contribuição das demais Secretarias Municipais.

3.1.2 EQUIPE DE CONSULTORIA TÉCNICA CONTRATADA

3.1.2.1 COORDENAÇÃO GERAL

O Sr. Jorge Henrique da Silva será responsável pela Coordenação de todas as ações, assim como por orientar e supervisionar os demais Profissionais envolvidos no processo, contribuindo para: coleta de dados; revisão, tabulação



PROPOSTA METODOLÓGICA





e análise das informações coletadas; condução das Plenárias e Oficinas; elaboração e revisão dos produtos finais e relatórios.

3.1.2.2 ARQUITETURA E URBANISMO

A Sra. Ligia Nerina Rocha Duarte, Profissional da área de Urbanismo, ficará responsável pela coleta, tabulação e análise das informações coletadas, elaboração e desenvolvimento das Plenárias e Oficinas e, pela elaboração dos Produtos finais e relatórios.

3.1.2.3 SERVIÇO SOCIAL

As Profissionais da área de Serviço Social, Sras. Adriana Helena Bonin Giusti, Elaine de Oliveira Souza e Marivete da Silva Sendin, ficarão responsáveis pela coleta de informações, contribuirão, também, na elaboração e desenvolvimento das Plenárias e Oficinas e, dos Produtos finais e relatórios.

3.1.2.4 CAPACITAÇÃO TÉCNICA ESPECÍFICA

Profissionais da Empresa de Consultoria contratada, além das qualificações e experiências adquiridas em ações sócio-ambientais e de urbanização em Piracicaba e outros Municípios da Região, participaram, também do "Curso de Aperfeiçoamento Profissional para a Elaboração de Planos Locais e Regionais" e da "1ª Oficina de Planos de Desenvolvimento Local, Assistência Técnica, Pública e Gratuita para Habitação de Interesse Social: Desafios e Caminhos".

3.2 ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES EM CADA ETAPA DE ELABORAÇÃO DO PMHIS

A Equipe da Empresa de Consultoria contratada será responsável pela execução das ações e aspectos técnicos necessários à elaboração do PMHIS, como: pesquisa e coleta de dados; tabulação e análise das informações coletadas; acompanhar a execução e manutenção do Programa de Comunicação e/ou Informação; elaboração e condução das Plenárias e Oficinas; elaboração dos produtos finais, de cada Etapa e; pelo fiel cumprimento ao Cronograma das Atividades à metodologia proposta.

Ao Município de Piracicaba, através da EMDHAP, caberá supervisionar as ações que serão desenvolvidas pela Empresa de Consultoria contratada, orientar e facilitar o acesso às informações necessárias, em todos os Setores da Administração Municipal, assim como contribuir para que as exigências legais sejam atendidas.

Será, ainda, responsabilidade do Município de Piracicaba, a elaboração e manutenção de um programa de comunicação, viabilizando a informação e a participação da sociedade, com seus diversos segmentos e atores sociais.

3.3 ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES DA EQUIPE DE TRABALHO DO MUNICÍPIO

Em reunião com a Equipe Técnica da EMDHAP, a Equipe da Empresa de Consultoria contratada apresentou os objetivos, a metodologia e o Cronograma das Atividades para a elaboração do PMHIS.

Em plenária, após a apresentação, os Presentes levantaram questões, sobre as responsabilidades e atribuições de cada Setor. A Equipe de Profissionais de Empresa de Consultoria contratada esclareceu às questões exposta, orientando, à todos, a maneira como as contribuições deverão acontecer, durante o processo de elaboração do PMHIS.

Em reunião com o Secretariado Municipal, na presença do Sr. Prefeito Municipal, o Sr. Walter Godoy dos Santos (Presidente da EMDHAP) apresentou os objetivos do PMHIS, a Proposta Metodológica e o Cronograma das Atividades, falou sobre a importância da elaboração do PMHIS para o Município, ressaltando que a participação e colaboração de todas as Secretarias Municipais seria imprescindível para o sucesso dos trabalhos.

Após, este encontro, a EMDHAP enviou Ofício a todos os Secretários, solicitando que os mesmos designassem um Profissional, de sua Secretaria, para, efetivamente, contribuir com a elaboração do PMHIS.

3.4 PROCEDIMENTOS PARA A EXECUÇÃO DAS ETAPAS E SEUS PRODUTOS

3.4.1 DIAGNÓSTICO HABITACIONAL

Para levantamento de dados e informações técnicas sobre o panorama atual e demandas futuras e, com o intuito de atender a demanda de HIS, serão realizadas pesquisa in loco e, também, em diversas fontes, sobre:

" inserção regional do Município, caracterizando:
- área;
- população urbana e rural;
- inserção micro e macro regional;
- principais atividades econômicas;
- relação com Municípios vizinhos - especialmente no que tange à questão fundiária.

" atores sociais e suas capacidades. Formas de organização dos diversos grupos sociais que atuam no setor habitacional e sua capacidade de atuação;

" necessidades habitacionais. Caracterizando o contingente populacional que demanda investimentos habitacionais. Levando em consideração:
- composição e situação econômica familiar;
- déficit habitacional quantitativo e qualitativo;
- caracterização de assentamentos precários.

" oferta de moradias;

" condições de acesso às modalidades de intervenção e financiamento habitacional, identificando:
- oferta e disponibilidade do solo urbanizado para a população de baixa renda, especialmente no que se refere às Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS);
- as diferentes modalidades de construção ou reforma que contribuem para aumentar a oferta de HIS.

" marcos regulatórios e legais, como:

- Lei Orgânica do Município;
- Plano Diretor do Município;
- ZEIS;
- Lei Uso e Ocupação do Solo;
- FUMDHAP;
- Agenda 21 do Município e; outros.

" condições institucionais e administrativas, verificando:

- os recursos humanos (tecnicamente qualificados) e equipamentos para realização de serviços habitacionais de infra estrutura urbana;
- a capacidade de aplicação de recursos próprios para melhorias das condições habitacionais.

" programas e ações, identificando:

- programas habitacionais financiados ou executados diretamente pela administração municipal, pelos demais entes federativos ou por agências bilaterais;
- benefícios realizados;
- previsão de atendimentos.

o recursos para financiamento, identificando:

- fontes de recursos existentes e potenciais;
- os agentes envolvidos e as responsabilidades de cada um.

Durante o processo do Diagnóstico Habitacional a participação popular e das diversas Organizações interessadas se dará através das Plenárias e canais de divulgação e/ou comunicação.

Ao final desta Etapa, a Equipe produzirá um relatório com todos os conteúdos descritos, contendo memória e material comprobatório da participação popular.
3.4.2 ESTRATÉGIAS DE AÇÃO

Etapa da elaboração do Plano de Ação, onde, para cada demanda, identificada durante a Etapa do Diagnóstico Habitacional, serão apresentados os seguintes itens:

- PRINCÍPIOS E DIRETRIZES;
- OBJETIVOS, METAS E INDICADORES;
- PROGRAMAS E LINHAS PROGRAMÁTICAS;
- RECURSOS E FONTES DE FINANCIAMENTO.

3.4.2.1 PRINCÍPIOS E DIRETRIZES

Estes referenciais nortearão a elaboração do PMHIS. Para tanto, serão consideradas a Legislação e Políticas de desenvolvimento que impactam a questão habitacional e urbana e os princípios democráticos de participação social, como:

- Constituição Federal;
- Estatuto das Cidades;
- Política Nacional de Habitação - Sistema Nacional de Habitação (SNH);
- Plano Nacional de Habitação (PlanHab) - Resoluções da Conferência Nacional;
- Eixos de desenvolvimento previstos no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC);
- Constituição Estadual;
- Plano Estadual de Habitação de Interesse Social (PEHIS) - Resoluções da Conferência Estadual;
- Lei Orgânica Municipal;
- Plano Diretor Municipal;
- Conselho Municipal da Habitação;
- FUMDHAP;
- Plano PluriAnual (PPA);
- Agenda 21 do Município;
- Resoluções e proposituras das Plenárias do PMHIS e; outros.

3.4.2.2 OBJETIVOS, METAS E INDICADORES

Os objetivos são os resultados mais importantes que se pretende atingir com a implantação do PMHIS, por tanto, estes deverão:

- expressar os resultados que se pretende alcançar, ou seja, a situação que deve ser modificada;
- ser apresentados de modo conciso, apontando o quê se pretende, de forma clara;
- ser ousados, porém atingíveis.

As metas referem-se à quantidade de produto a ser ofertado por um programa ou ação, num determinado período de tempo. Estas serão estabelecidas de maneira realista e estimulante, contribuindo, desta maneira, para o alcance dos objetivos.

Os indicadores, instrumentos passíveis de aferição, medindo o desempenho dos programas ou ações, sua eficácia e eficiência durante e após a execução, serão estabelecido de acordo com cada objetivo definido.

3.4.2.3 PROGRAMAS E LINHAS PROGRAMÁTICAS

Os Programas e Ações a serem elaborados e executados, apontados no PMHIS, apresentarão informações, como:

- produção habitacional e de loteamentos adequados;
- urbanização e regularização fundiária de assentamentos precários e informais;
- destinação de áreas urbanas à habitação de interesse social; e outros.

As Ações Prioritárias serão, também, apresentadas, considerando a complexidade das questões urbanas locais, focando em ações de caráter estruturante para a solução das questões de maior risco social.

Para tanto, serão considerados:

- a mitigação de impactos negativos causados por investimentos em infraestrutura de grande e médio porte que possam ter conseqüências sobre o setor habitacional; e
- o tempo para implementação das ações previstas no PMHIS, em conformidade com a capacidade técnica e de investimento no setor.

3.4.2.4 RECURSOS E FONTES DE FINANCIAMENTO

A partir do levantamento sobre necessidades de investimentos, os recursos necessários à execução de cada Programa e Ação serão calculados, considerando:

- tipologia de moradia ideal;
- elaboração de projetos de engenharia e arquitetura;
- aquisição de terreno;
- recursos financeiros e humanos para a urbanização, construção de moradias e regularização fundiária;
- materiais para a construção;
- contratação de consultoria, para desenvolver o trabalho técnico Sócio-Ambiental Educativo.

Estas informações serão definidas em conformidade com a capacidade técnica e de investimento local e, ao final, as mesmas serão apresentadas em tabelas, por Programa e Ação.

Para obter recursos suficientes para a execução dos Programas e Ações apontadas no PMHIS, ainda, será verificado:

- valores médios de investimento alocados em programas habitacionais nos anos anteriores e a porcentagem deste investimento em relação ao total do orçamento do Município;
- índice de adimplência;
- possibilidade de ampliação de captação de recursos financeiros e definição da forma de gestão desses recursos.

3.4.2.5 INSTRUMENTOS DE GESTÃO E REVISÃO DO PMHIS

O monitoramento e avaliação dos diversos Programas e Ações, propostos no PMHIS, deverá ser um processo contínuo. Neste sentido, será previsto:

- forma de monitoramento. Indicando, para cada Programa e Ação, o prazo para execução, o resultado a ser obtido, o responsável, a situação e as providências;
- revisão periódica do PMHIS.

Com base nos indicadores, a avaliação deverá abordar aspectos quanto à concepção, à implementação, à execução e aos resultados dos Programas e Ações propostas no PMHIS, apontando, ainda, para a necessidade de adequações, antes da revisão prevista, se houver necessidade.

Ao final desta Etapa, a Equipe produzirá um relatório com todos os conteúdos descritos, contendo memória e material comprobatório da participação popular.

3.5 ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO, MOBILIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO, COM A IDENTIFICAÇÃO DOS DIFERENTES ATORES.

O Centro de Comunicação Social (CCS) do Município, através de seus Profissionais, elaborou um Programa de Comunicação e/ou Informação para o PMHIS, onde diversos recursos foram produzidos.

Além dos canais de comunicação, a participação popular se dará, também, através de Plenárias e Oficinas, onde as Lideranças, de várias Comunidades e os diversos Setores da Sociedade, terão oportunidade de compactuar suas idéias e sugestões para a elaboração do PMHIS, conforme preconiza a Lei nº 11.124/05.

3.6 FORMAS DE DAR PUBLICIDADE AO INÍCIO E AO TÉRMINO DOS TRABALHOS COM A APRESENTAÇÃO DA EQUIPE E DOS MECANISMOS DE PARTICIPAÇÃO POPULAR E DE ACESSO ÀS INFORMAÇÕES

A Sra. Elizabete A. C. M. Marques, assessora da área de comunicação da EMDHAP, contando com orientações da Equipe Técnica da Empresa de Consultoria contratada, será a Responsável pelas ações relacionadas à comunicação e/ou informação, durante todo o processo de elaboração do PMHIS.

Como resultado de uma divulgação prévia, utilizando as ferramentas de informação e/ou comunicação, os Diversos Setores da Sociedade estiveram representados, na Primeira Plenária do PMHIS, por mais de 100 Pessoas.

O Sr. Barjas Negri (Prefeito Municipal), Sr. Walter Godoy dos Santos (Presidente da EMDHAP), Sr. José Aparecido Longatto (Presidente da Câmara dos Vereadores), Sra. Célia Aparecida Martinez Bruzantin (Representando a CAIXA) e Sr. Jorge Henrique da Silva (Representando a Empresa de Consultoria contratada) compuseram a mesa para abertura da Plenária.

Os discursos do Sr. Prefeito, Sr. Presidente da EMDHAP e Sr. Presidente da Câmara dos Vereadores foram marcados pelo destaque à necessidade do Município elaborar o PMHIS para poder acessar recursos, com o objetivo de continuar atendendo a demanda atual e, também, poder atender as futuras. Ressaltaram, ainda, que a participação Popular será de extrema importância, durante todo processo de elaboração do PMHIS.

Após, os discursos de abertura da Plenária, o Sr. Jorge Henrique da Silva, a Sra. Adriana Helena Bonin Giusti e a Sra. Ligia Nerina Rocha Duarte fizeram a apresentação da Proposta Metodológica. Além da metodologia e das Etapas de elaboração do PMHIS, foram também apresentados:

- os Membros da Equipe da Empresa de Consultoria contratada;
- os meios para a participação Popular;
- o Cronograma de Atividades, ressaltando as próximas ações.

Após a apresentação da Equipe Técnica contratada, o Público presente pôde participar com perguntas e pareceres.

Como o Município está vivendo o momento de chamada para o recadastramento das Famílias que participarão do sorteio das moradias populares do residencial Gilda, a maioria das dúvidas estiveram voltadas para este foco.

A Sra. Silvani de Campos Lopes esclareceu as dúvidas em relação ao recadastramento e sorteio, orientando os Participantes a se atentarem às datas e requisitos apresentados nos Editais do CDHU. Algumas Pessoas, também, apresentaram dúvidas relacionadas às próximas ações para elaboração do PMHIS.



Todas as dúvidas, relacionadas ao processo de elaboração do PMHIS, foram esclarecidas pelos Técnicos da Empresa de Consultoria contratada. Os Profissionais, ressaltaram, ainda, que a participação dos diversos Setores da Sociedade, principalmente das Lideranças Comunitárias, será imprescindível em todo o processo.

No dia seguinte, a mídia escrita local, ao publicar notícias sobre o Evento, contribuiu para aumentar a visibilidade e repercussão da Primeira Plenária, do processo de elaboração do PMHIS.

3.7 FORMA DE ARTICULAÇÃO COM OUTROS PROGRAMAS E AÇÕES.

Em reuniões de trabalho entre os Técnicos da Consultoria contratada e os Profissionais Técnicos do Município, os Programas e Ações, em execução, ou mesmo os que estão, ou serão planejados pelas diversas Secretarias Municipais, serão socializados.

Assim, os Programas e Ações que serão apresentadas pelo PMHIS estarão em consonância com outros Programas e Ações do Município.

Para tanto, a EMDHAP articulará a necessária integração dos diversos Órgãos da Gestão Pública com a Equipe Técnica da Consultoria contratada.

Walter Godoy dos Santos
Presidente da EMDHAP

Adriana Helena Bonin Giusti
CRESS n. 24.832
Bonin & Silva Consultoria Sócio Ambiental Ltda.

Dr. Jorge Henrique da Silva
CRBio 1-Reg. n. 23.532/01-D
Bonin & Silva Consultoria Sócio Ambiental Ltda.

ANEXOS



PROPOSTA METODOLÓGICA - MEMÓRIAS -



ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES DA EQUIPE DE TRABALHO DO MUNICÍPIO

Em reunião com a Equipe Técnica da EMDHAP, a Equipe da Empresa de Consultoria contratada apresentou os objetivos, a metodologia e o Cronograma das Atividades para a elaboração do PMHIS.

Em plenária, após a apresentação, os Presentes levantaram questões, sobre as responsabilidades e atribuições de cada Setor. A Equipe de Profissionais de Empresa de Consultoria contratada esclareceu às questões exposta, orientando, à todos, a maneira como as contribuições deverão acontecer, durante o processo de elaboração do PMHIS.

Em reunião com o Secretariado Municipal, na presença do Sr. Prefeito Municipal, o Sr. Walter Godoy dos Santos (Presidente da EMDHAP) apresentou os objetivos do PMHIS, a Proposta Metodológica e o Cronograma das Atividades, falou sobre a importância da elaboração do PMHIS para o Município, ressaltando que a participação e colaboração de todas as Secretarias Municipais seria imprescindível para o sucesso dos trabalhos.

Após, este encontro, a EMDHAP enviou Ofício a todos os Secretários, solicitando que os mesmos designassem um Profissional, de sua Secretaria, para, efetivamente, contribuir com a elaboração do PMHIS.

ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES DA EQUIPE DE TRABALHO DO MUNICÍPIO

Em reunião com a Equipe Técnica da EMDHAP, a Equipe da Empresa de Consultoria contratada apresentou os objetivos, a metodologia e o Cronograma das Atividades para a elaboração do PMHIS.

Em plenária, após a apresentação, os Presentes levantaram questões, sobre as responsabilidades e atribuições de cada Setor. A Equipe de Profissionais de Empresa de Consultoria contratada esclareceu às questões exposta, orientando, à todos, a maneira como as contribuições deverão acontecer, durante o processo de elaboração do PMHIS.

Em reunião com o Secretariado Municipal, na presença do Sr. Prefeito Municipal, o Sr. Walter Godoy dos Santos (Presidente da EMDHAP) apresentou os objetivos do PMHIS, a Proposta Metodológica e o Cronograma das Atividades, falou sobre a importância da elaboração do PMHIS para o Município, ressaltando que a participação e colaboração de todas as Secretarias Municipais seria imprescindível para o sucesso dos trabalhos.

Após, este encontro, a EMDHAP enviou Ofício a todos os Secretários, solicitando que os mesmos designassem um Profissional, de sua Secretaria, para, efetivamente, contribuir com a elaboração do PMHIS.

3.4 ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO, MOBILIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO, COM A IDENTIFICAÇÃO DOS DIFERENTES ATORES.

O Centro de Comunicação Social (CCS) do Município, através de seus Profissionais, elaborou um Programa de Comunicação e/ou Informação para o PMHIS, onde diversos recursos foram produzidos.

Além dos canais de comunicação, a participação popular se dará, também, através de Plenárias e Oficinas, onde as Lideranças, de várias Comunidades e os diversos Setores da Sociedade, terão oportunidade de compactuar suas idéias e sugestões para a elaboração do PMHIS, conforme preconiza a Lei nº 11.124/05.

3.5 FORMAS DE DAR PUBLICIDADE AO INÍCIO E AO TÉRMINO DOS TRABALHOS COM A APRESENTAÇÃO DA EQUIPE E DOS MECANISMOS DE PARTICIPAÇÃO POPULAR E DE ACESSO ÀS INFORMAÇÕES

A Sra. Elizabete A. C. M. Marques, assessora da área de comunicação da EMDHAP, contando com orientações da Equipe Técnica da Empresa de Consultoria contratada, será a Responsável pelas ações relacionadas à comunicação e/ou informação, durante todo o processo de elaboração do PMHIS.

Como resultado de uma divulgação prévia, utilizando as ferramentas de informação e/ou comunicação, os Diversos Setores da Sociedade estiveram representados, na Primeira Plenária do PMHIS, por mais de 100 Pessoas.

O Sr. Barjas Negri (Prefeito Municipal), Sr. Walter Godoy dos Santos (Presidente da EMDHAP), Sr. José Aparecido Longatto (Presidente da Câmara dos Vereadores), Sra. Célia Aparecida Martinez Bruzantin (Representando a CAIXA) e Sr. Jorge Henrique da Silva (Representando a Empresa de Consultoria contratada) compuseram a mesa para abertura da Plenária.

Os discursos do Sr. Prefeito, Sr. Presidente da EMDHAP e Sr. Presidente da Câmara dos Vereadores foram marcados pelo destaque à necessidade do Município elaborar o PMHIS para poder acessar recursos, com o objetivo de continuar atendendo a demanda atual e, também, poder atender as futuras. Ressaltaram, ainda, que a participação Popular será de extrema importância, durante todo processo de elaboração do PMHIS.

Após, os discursos de abertura da Plenária, o Sr. Jorge Henrique da Silva, a Sra. Adriana Helena Bonin Giusti e a Sra. Lígia Nerina Rocha Duarte fizeram a apresentação da Proposta Metodológica. Além da metodologia e das Etapas de elaboração do PMHIS, foram também apresentados:

- os Membros da Equipe da Empresa de Consultoria contratada;
- os meios para a participação Popular;
- o Cronograma de Atividades, ressaltando as próximas ações.

Após a apresentação da Equipe Técnica contratada, o Público presente pôde participar com perguntas e pareceres.

Como o Município está vivendo o momento de chamada para o cadastramento das Famílias que participarão do sorteio das moradias populares do residencial Gilda, a maioria das dúvidas estiveram voltadas para este foco.

A Sra. Silvani de Campos Lopes esclareceu as dúvidas em relação ao cadastro e sorteio, orientando os Participantes a se atentarem às datas e requisitos apresentados nos Editais do CDHU. Algumas Pessoas, também, apresentaram dúvidas relacionadas às próximas ações para elaboração do PMHIS.

Todas as dúvidas, relacionadas ao processo de elaboração do PMHIS, foram esclarecidas pelos Técnicos da Empresa de Consultoria contratada. Os Profissionais, ressaltaram, ainda, que a participação dos diversos Setores da Sociedade, principalmente das Lideranças Comunitárias, será imprescindível em todo o processo.

No dia seguinte, a mídia escrita local, ao publicar notícias sobre o Evento, contribuiu para aumentar a visibilidade e repercussão da Primeira Plenária, do processo de elaboração do PMHIS.

3.6 FORMA DE ARTICULAÇÃO COM OUTROS PROGRAMAS E AÇÕES.

Em reuniões de trabalho entre os Técnicos da Consultoria contratada e os Profissionais Técnicos do Município, os Programas e Ações, em execução, ou mesmo os que estão, ou serão planejados pelas diversas Secretarias Municipais, serão socializados.

Assim, os Programas e Ações que serão apresentadas pelo PMHIS estarão em consonância com outros Programas e Ações do Município.

Para tanto, a EMDHAP articulará a necessária integração dos diversos Órgãos da Gestão Pública com a Equipe Técnica da Consultoria contratada.

Walter Godoy dos Santos
Presidente da EMDHAP

Adriana Helena Bonin Giusti
CRESS n. 24.832
Bonin & Silva Consultoria Sócio Ambiental Ltda.

Dr. Jorge Henrique da Silva
CRBio 1-Reg. n. 23.532/01-D
Bonin & Silva Consultoria Sócio Ambiental Ltda.

ANEXOS

ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO, MOBILIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO, COM A IDENTIFICAÇÃO DOS DIFERENTES ATORES.

O Centro de Comunicação Social (CCS) do Município, através de seus Profissionais, elaborou um Programa de Comunicação e/ou Informação para o PMHIS, onde diversos recursos foram produzidos.

Além dos canais de comunicação, a participação popular se dará, também, através de Plenárias e Oficinas, onde as Lideranças, de várias Comunidades e os diversos Setores da Sociedade, terão oportunidade de compactuar suas idéias e sugestões para a elaboração do PMHIS, conforme preconiza a Lei nº 11.124/05.

FORMAS DE DAR PUBLICIDADE AO INÍCIO E AO TÉRMINO DOS TRABALHOS COM A APRESENTAÇÃO DA EQUIPE E DOS MECANISMOS DE PARTICIPAÇÃO POPULAR E DE ACESSO ÀS INFORMAÇÕES

A Sra. Elizabete A. C. M. Marques, assessora da área de comunicação da EMDHAP, contando com orientações da Equipe Técnica da Empresa de Consultoria contratada, será a Responsável pelas ações relacionadas à comunicação e/ou informação, durante todo o processo de elaboração do PMHIS.

FORMAS DE DAR PUBLICIDADE AO INÍCIO E AO TÉRMINO DOS TRABALHOS COM A APRESENTAÇÃO DA EQUIPE E DOS MECANISMOS DE PARTICIPAÇÃO POPULAR E DE ACESSO ÀS INFORMAÇÕES

Como resultado de uma divulgação prévia, utilizando as ferramentas de informação e/ou comunicação, os Diversos Setores da Sociedade estiveram representados, na Primeira Plenária do PMHIS, por mais de 100 Pessoas.

O Sr. Barjas Negri (Prefeito Municipal), Sr. Walter Godoy dos Santos (Presidente da EMDHAP), Sr. José Aparecido Longatto (Presidente da Câmara dos Vereadores), Sra. Célia Aparecida Martinez Bruzantin (Representando a CAIXA) e Sr. Jorge Henrique da Silva (Representando a Empresa de Consultoria contratada) compuseram a mesa para abertura da Plenária.

Os discursos do Sr. Prefeito, Sr. Presidente da EMDHAP e Sr. Presidente da Câmara dos Vereadores foram marcados pelo destaque à necessidade do Município elaborar o PMHIS para poder acessar recursos, com o objetivo de continuar atendendo a demanda atual e, também, poder atender as futuras. Ressaltaram, ainda, que a participação Popular será de extrema importância, durante todo processo de elaboração do PMHIS.

Após, os discursos de abertura da Plenária, o Sr. Jorge Henrique da Silva, a Sra. Adriana Helena Bonin Giusti e a Sra. Lígia Nerina Rocha Duarte fizeram a apresentação da Proposta Metodológica. Além da metodologia e das Etapas de elaboração do PMHIS, foram também apresentados:

- os Membros da Equipe da Empresa de Consultoria contratada;
- os meios para a participação Popular;
- o Cronograma de Atividades, ressaltando as próximas ações.

Após a apresentação da Equipe Técnica contratada, o Público presente pôde participar com perguntas e pareceres.

Como o Município está vivendo o momento de chamada para o cadastramento das Famílias que participarão do sorteio das moradias populares do residencial Gilda, a maioria das dúvidas estiveram voltadas para este foco.

A Sra. Silvani de Campos Lopes esclareceu as dúvidas em relação ao cadastro e sorteio, orientando os Participantes a se atentarem às datas e requisitos apresentados nos Editais do CDHU. Algumas Pessoas, também, apresentaram dúvidas relacionadas às próximas ações para elaboração do PMHIS.

Todas as dúvidas, relacionadas ao processo de elaboração do PMHIS, foram esclarecidas pelos Técnicos da Empresa de Consultoria contratada. Os Profissionais, ressaltaram, ainda, que a participação dos diversos Setores da Sociedade, principalmente das Lideranças Comunitárias, será imprescindível em todo o processo.

No dia seguinte, a mídia escrita local, ao publicar notícias sobre o Evento, contribuiu para aumentar a visibilidade e repercussão da Primeira Plenária, do processo de elaboração do PMHIS.

ANEXO 1 - CRONOGRAMAS

CRONOGRAMA DAS ATIVIDADES

AÇÕES	2009						
	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
• Apresentação da Proposta ao Secretariado Municipal	05						
• Elaboração e Aprovação do Plano de Comunicação		21					
• Plenária de Lançamento do PMHIS			05				
• Proposta Metodológica / Entrega do Primeiro Produto			17				
• Oficinas com Líderes das Comunidades				23	07		
• Plenária de Proposição					30		
• Diagnóstico Habitacional / Entrega do Segundo Produto						16	
• Plenária Final							X
• Solenidade de Entrega do PMHIS							X

X = Datas a definir.

ANEXO 1 - CRONOGRAMAS

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Serviços de Consultoria	20%	50%	30%
Proposta Metodológica	R\$ 11.379,60		
Diagnóstico Habitacional		R\$ 28.449,00	
Estratégias de Ação			R\$ 17.069,40

* Repasse na entrega do Produto;
** Valor total = R\$ 55.898,00.

Serviços de Divulgação	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5
Apoio às Audiências Públicas (Plenárias) e Oficinas (Participação Popular) - Impressos, Cartazes, Banners, recurso áudio-visual e outros.	R\$ 4.776,00	R\$ 3.694,00	R\$ 2.500,00	R\$ 2.500,00

* Após a assinatura do contrato de serviços de consultoria / Valor total = R\$ 13.470,00.

ANEXO 3

Lista de Presença - Reunião com Equipe Técnica da EMDHAP (21/05/09).

EMDHAP Empresa Municipal de Desenvolvimento Habitacional de Piracicaba

Lista de Presença
Apresentação do PMHIS - Equipe Emdhap EMDHAP
Data: 21.05.2009

Nº	NOME	ENDEREÇO	BAIRRO
1	Cícero de Souza	Rua São Carlos, 1095	Santa Teresinha
2	Paulo José de Azevedo	Rua Manoel Bonini, 133	Centro
3	Angela de Almeida	Rua Américo de Oliveira, 497	Algarobal
4	Alfonso de Azevedo	Rua Américo de Oliveira, 497	Kobayashi
5	Francisco de Almeida	Rua Américo de Oliveira, 497	Centro
6	Paulo de Almeida	Rua Américo de Oliveira, 497	Marumbe
7	Alfonso de Almeida	Rua Américo de Oliveira, 497	Pouente
8	Alfonso de Almeida	Rua Américo de Oliveira, 497	Vila Industrial
9	Alfonso de Almeida	Rua Américo de Oliveira, 497	Vila Industrial
10	Alfonso de Almeida	Rua Américo de Oliveira, 497	Estadão
11	Alfonso de Almeida	Rua Américo de Oliveira, 497	Estadão
12	Alfonso de Almeida	Rua Américo de Oliveira, 497	Estadão
13	Alfonso de Almeida	Rua Américo de Oliveira, 497	Estadão
14	Alfonso de Almeida	Rua Américo de Oliveira, 497	Estadão
15	Alfonso de Almeida	Rua Américo de Oliveira, 497	Estadão
16	Alfonso de Almeida	Rua Américo de Oliveira, 497	Estadão
17	Alfonso de Almeida	Rua Américo de Oliveira, 497	Estadão
18	Alfonso de Almeida	Rua Américo de Oliveira, 497	Estadão
19	Alfonso de Almeida	Rua Américo de Oliveira, 497	Estadão
20	Alfonso de Almeida	Rua Américo de Oliveira, 497	Estadão
21	Alfonso de Almeida	Rua Américo de Oliveira, 497	Estadão
22	Alfonso de Almeida	Rua Américo de Oliveira, 497	Estadão
23	Alfonso de Almeida	Rua Américo de Oliveira, 497	Estadão

ANEXO 3

Lista de Presença - Reunião com Equipe Técnica da EMDHAP (21/05/09).

EMDHAP Empresa Municipal de Desenvolvimento Habitacional de Piracicaba

24	Alfonso de Almeida	Rua Américo de Oliveira, 497	Estadão
25	Alfonso de Almeida	Rua Américo de Oliveira, 497	Estadão
26	Alfonso de Almeida	Rua Américo de Oliveira, 497	Estadão
27	Alfonso de Almeida	Rua Américo de Oliveira, 497	Estadão
28	Alfonso de Almeida	Rua Américo de Oliveira, 497	Estadão
29	Alfonso de Almeida	Rua Américo de Oliveira, 497	Estadão
30	Alfonso de Almeida	Rua Américo de Oliveira, 497	Estadão
31	Alfonso de Almeida	Rua Américo de Oliveira, 497	Estadão
32	Alfonso de Almeida	Rua Américo de Oliveira, 497	Estadão
33	Alfonso de Almeida	Rua Américo de Oliveira, 497	Estadão
34	Alfonso de Almeida	Rua Américo de Oliveira, 497	Estadão
35	Alfonso de Almeida	Rua Américo de Oliveira, 497	Estadão
36	Alfonso de Almeida	Rua Américo de Oliveira, 497	Estadão
37	Alfonso de Almeida	Rua Américo de Oliveira, 497	Estadão
38	Alfonso de Almeida	Rua Américo de Oliveira, 497	Estadão
39	Alfonso de Almeida	Rua Américo de Oliveira, 497	Estadão
40	Alfonso de Almeida	Rua Américo de Oliveira, 497	Estadão
41	Alfonso de Almeida	Rua Américo de Oliveira, 497	Estadão
42	Alfonso de Almeida	Rua Américo de Oliveira, 497	Estadão
43	Alfonso de Almeida	Rua Américo de Oliveira, 497	Estadão
44	Alfonso de Almeida	Rua Américo de Oliveira, 497	Estadão
45	Alfonso de Almeida	Rua Américo de Oliveira, 497	Estadão
46	Alfonso de Almeida	Rua Américo de Oliveira, 497	Estadão
47	Alfonso de Almeida	Rua Américo de Oliveira, 497	Estadão
48	Alfonso de Almeida	Rua Américo de Oliveira, 497	Estadão

ANEXO 4

Registro Fotográfico - Reunião com Equipe Técnica da EMDHAP (21/05/09).



LISTA DE PRESENCIA

Data: 05 de junho de 2009
Local: Prefeitura do Município de Piracicaba
Assunto: Apresentação do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social
Palestrante: Walter Godoy dos Santos - Presidente da EMDHAP

* PREFEITO - BARIAS NEGRE	
* PRESIDENTE - FUSP - SANDRA BONSI NEGRE	Sandra R. B. Negri
* ICE-PREFEITO - SÉRGIO DIAS PACHECO	
* CHEFE DE GABINETE - ISAURA F. B. MAZZUTTI	Isaura F. B. Mazzutti
* PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO - MILTON SÉRGIO BISSOLI	Milton Sérgio Bissoli
* SECRETÁRIO - SEDMA - FRANCISCO ROGÉRIO VIDAL E SILVA	Francisco Rogério Vidal e Silva
* SECRETÁRIO - SETUR - OMIR LOURENÇO	Omir Lourenço
* SECRETÁRIO - SELAM - PEDRO ANTONIO DE MELLO	Pedro Antonio de Mello
* SECRETÁRIO DE SAÚDE - FERNANDO ERNESTO CARDENAS	Fernando Ernesto Cardenas
* SECRETÁRIO - SEMAD - NEWTON YASUO FURUCHO	Newton Yasuo Furucho
* SECRETÁRIO DE GOVERNO - JOSÉ ANTONIO DE GODOY	José Antonio de Godoy
* SECRETÁRIO - SEMDEC - JOSÉ FRANCISCO CALIL	José Francisco Calil
* SECRETÁRIO - SEMOB - ARTHUR A. A. RIBEIRO NETO	Arthur A. A. Ribeiro Neto
* SECRETÁRIO DE FINANÇAS - JOSÉ ADMIR MORAES LEITE	José Admir Moraes Leite
* SECRETÁRIO - SEMUTRI - ANTONIO FERNANDES FAGANELLO	Antonio Fernandes Faganello
* SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO - GABRIEL FERRATO DOS SANTOS	Gabriel Ferrato dos Santos
* SECRETÁRIO - SEMUTTRAN - PAULO ROBERTO COELHO PRATES	Paulo Roberto Coelho Prates
* SECRETÁRIO - SEMA - WALDEMAR GIMENEZ	Waldemar Gimenez
* SECRETÁRIA - SEMTRE - ANGELA MARIA CASSAVIA JORGE CORREA	Angela Maria Cassavia Jorge Correa
* SECRETÁRIA - SEMDES - MARIA ANGELICA GUERCIO	Maria Angelica Guercio
* SECRETÁRIA - SEMAC - ROSANGELA MARIA RIZZOLO CAMOLESE	Rosangela Maria Rizzolo Camolese
* DIRETORA - CCS - MARIA DE FATIMA ALVES SILVA	Maria de Fatima Alves Silva
* COMANDANTE DA GUARDA CIVIL - SILAS ROMUALDO	Silas Romualdo
* RESIDENTE - SEMAE - VLAMIR AUGUSTO SCHIAVUZZO	Vlamir Augusto Schiavuzzo
* RESIDENTE - IPPLAP - JOÃO CHADDAD	João Chaddad
* RESIDENTE DA EDUCATIVA FM - MIROMAR APARECIDO ROSA	Miromar Aparecido Rosa
* RESIDENTE - EMDHAP - WALTER GODOY DOS SANTOS	Walter Godoy dos Santos

Slides - Reunião do Secretariado Municipal (05/06/09).

ANEXO 6



PMHIS Plano Municipal de Habitação de Interesse Social

Prefeitura Municipal de Piracicaba | EMDHAP Empresa Municipal de Desenvolvimento Habitacional de Piracicaba | CAIXA | BONIN & SILVA Consultoria Sócio Ambiental LTDA.

PMHIS Plano Municipal de Habitação de Interesse Social

A elaboração e apresentação do **PMHIS** é uma exigência ao Município para o acesso aos recursos do FNHIS.

Lei 11.124/05 (SNHIS / FNHIS)

PMHIS Plano Municipal de Habitação de Interesse Social

OBJETIVO

orientar o planejamento local do setor habitacional...panorâma atual e ações futuras...

PMHIS Plano Municipal de Habitação de Interesse Social

ETAPAS

- 1 - Proposta Metodológica
- 2 - Diagnóstico Habitacional
- 3 - Estratégias de Ação

PMHIS Plano Municipal de Habitação de Interesse Social

1 - Proposta Metodológica

fase inicial, estruturadora das duas etapas posteriores, norteando os procedimentos a serem adotados em cada uma delas;



OBJETIVO

orientar o planejamento local do setor habitacional...panorâma atual e ações futuras...



2 – Diagnóstico Habitacional

- Levantamentos de dados e informações técnicas sobre:
 - déficit habitacional (quantitativo e qualitativo);
 - caracterização de assentamentos precários.
 - oferta habitacional;
 - ZEIS...entre outros

REFERENCIAIS:
Plano Diretor; Normas de zoneamento (ZEIS) e de Uso e ocupação do solo; Conselho e Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social; Agenda 21...



Responsabilidades



EMDHAP

- acompanhar** / fiscalizar os trabalhos;
- articular e promover:**
 - a necessária integração dos Órgãos da Administração Municipal (IPPLAP, SEMDES, Comunicação Social, ...);
 - a participação popular no processo (plenárias, e-mail, site, tel.);
 - divulgação e informação.



PMHIS

- Considerando:
 - a atual situação do setor habitacional no Município;
 - disparidades sócio-econômicas;
 - bases legais e institucionais existentes;
 - capacidade operacional e de gestão (pública / privada).



2- Diagnóstico Habitacional

- Fontes de Pesquisa
 - Dados e cadastros Municipais:** EMDHAP, IPPLAP, SEMDES...
 - Ministério das Cidades
 - PLANhab
 - CDHU
 - IBGE
 - Fundação João Pinheiro
 - Fundação SEADE
 - CEM/CEBRAP



CRONOGRAMA

AÇÕES	2009						
	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
• Apresentação ao Secretariado Municipal	05						
• Plano de Comunicação		21					
• Plenária de Lançamento do PMHIS			05				
• Proposta Metodológica / Entrega do Primeiro Produto			17				
• Oficinas com Líderes das Comunidades				17	30		
• Plenária de Proposição					30		
• Diagnóstico Habitacional / Entrega do Segundo Produto						16	
• Plenária Final							X
• Solenidade de Entrega do PMHIS							X



Moradia Digna

"...aquela que garante ao morador a segurança na posse e ainda dispõe de instalações sanitárias adequadas, que garanta as condições de habitabilidade, e que seja atendida por serviços públicos essenciais, entre eles: água, esgoto, coleta de lixo, energia elétrica, iluminação pública, pavimentação e transporte coletivo, com acesso aos equipamentos sociais básicos".



3 – Estratégias de Ação

- Etapa de Elaboração do Plano de Ação;
- Para cada DEMANDA identificada durante o Diagnóstico Habitacional, serão apresentados os seguintes itens:
 - Princípios e Diretrizes; Objetivos e Metas; Indicadores; Programas e Linhas Programáticas; Recursos e Fontes de Financiamento; Instrumentos de Gestão, Monitoramento, Avaliação e Revisão.



PMHIS Plano Municipal de Habitação de Interesse Social

Tel.: 3412 2222 (Ramal 2210)
e-mail: pmhis@emdhap.com.br
www.emdhap.piracicaba.sp.gov.br/site



ETAPAS

- Proposta Metodológica**
- Diagnóstico Habitacional**
- Estratégias de Ação**



Participação Popular

- Serão realizadas:
 - 03 Plenárias**
 - Lançamento
 - Proposição
 - Entrega do PMHIS
 - 02 Oficinas com Líderes das Comunidades**
- Outros meios** de participação / informações:
 - Tel.:** 3412 2222 (Ramal 2122)
 - e-mail:** pmhis@emdhap.com.br
 - Site:** www.emdhap.piracicaba.sp.gov.br/site



PMHIS Plano Municipal de Habitação de Interesse Social






1 – Proposta Metodológica

fase inicial, estruturadora das duas etapas posteriores, norteando os procedimentos a serem adotados em cada uma delas;



Responsabilidades

BONIN & SILVA Consultoria Sócio Ambiental

- levantamento e análise dos dados e formulação dos produtos;
- cumprimento e fidelidade à metodologia e cronograma de ações a serem apresentados;
- coordenação e gerenciamento dos aspectos técnicos em todo o processo.



Registro Fotográfico - Plenária Popular de 05/08/09 ANEXO 12



Registro Fotográfico - Plenária Popular de 05/08/09 ANEXO 12



Registro Fotográfico - Plenária Popular de 05/08/09 ANEXO 12



Divulgação da Plenária Popular ANEXO 13



Divulgação da Plenária Popular ANEXO 13



- SEGUNDO PRODUTO -

DIAGNÓSTICO HABITACIONAL



MAIO de 2010

Prefeitura Municipal de Piracicaba
Barjas Negri - Prefeito Municipal

Empresa Municipal de Desenvolvimento Habitacional de Piracicaba - EMDHAP
Walter Godoy dos Santos - Presidente da EMDHAP

Bonin e Silva Consultoria Sócio Ambiental Ltda.
Consultoria Externa

Supervisão Geral
Walter Godoy dos Santos - Presidente da EMDHAP

Coordenação Geral
Jorge Henrique da Silva - Doutor em Ecologia Humana (Consultoria Externa)

Equipe de Elaboração
Adriana Helena Bonin Giusti - Assistente Social (Consultoria Externa)
Lígia Nerina Rocha Duarte - Arquiteta e Urbanista (Consultoria Externa)
Rose Marie Braidotti - Arquiteta e Urbanista (EMDHAP)
Silvani de Campos Lopes - Assessora Jurídica (EMDHAP)
Alex Donizete Perez - Diretor do Departamento de Sistema de Informações do Instituto de Pesquisas e Planejamento de Piracicaba (IPPLAP)
Jorge Henrique da Silva - Doutor em Ecologia Humana (Consultoria Externa)
Márcio José Pizzol - Chefe da Divisão de Uso e Ocupação do Solo (IPPLAP)

Colaboradores
Elaine de Oliveira Souza - Assistente Social (Consultoria Externa)
Elizabeth A. C. M. Marques - Assessora de Comunicação (EMDHAP)
Marivete da Silva Sendin - Assistente Social (Consultoria Externa)
Maria Angélica P. I. Cardoso - Arquiteta da Secretaria Municipal de Obras (SEMOB)
Sandra Cristina Liberal - Secretária da Presidência / Diretoria (EMDHAP)
Luís Antônio Pereira Santos - Diretor do Departamento de Controle de Fiscalização (SEMOB)
Marcos Vinícios Galdene - Técnico do Setor de Informática (EMDHAP)

SUMÁRIO

Table with 2 columns: Item number and page number. Includes sections like INTRODUÇÃO, CONCEITOS BÁSICOS, DÉFICIT HABITACIONAL, INADEQUAÇÃO DE MORADIAS, etc.

SUMÁRIO

Table with 2 columns: Item number and page number. Includes sections like CONTEXTO DO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO, ASSOCIAÇÃO DOS FAVELADOS DE PIRACICABA, etc.



LISTA DE SIGLAS

APLA - Arranjo Produtivo Local do Alcool
ASFAP - Associação dos Favelados de Piracicaba
BNH - Banco Nacional de Habitação
CDHU - Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo
CENA - Centro de Energia Nuclear na Agricultura
CPFL - Companhia Paulista de Força e Luz
CRAS - Centros de Referência de Assistência Social
DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócios Econômicos
EMDHAP - Empresa Municipal de Desenvolvimento Habitacional de Piracicaba
ESALQ - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz
FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
HIS - Habitações de Interesse Social
IBAM - Instituto Brasileiro de Administração Municipal
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH - Índice de Desenvolvimento Humano
IPPLAP - Instituto de Pesquisas e Planejamento de Piracicaba
IPRS - Índice Paulista de Responsabilidade Social
IPVS - Índice Paulista de Vulnerabilidade Social
Km - Quilômetro
Mcidas - Ministério das Cidades
MPH - Mercado Popular Habitacional
MTE - Ministério do Trabalho e Emprego
PAIH - Programa de Ação Imediata em Habitação
PAT - Posto de Atendimento ao Trabalhador
PDDI - Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Integrado
PDDP - Plano Diretor de Desenvolvimento de Piracicaba
PMHIS - Plano Municipal de Habitação de Interesse Social
PNAS - Política Nacional de Assistência Social
PNBio - Pólo Nacional de Biotecnologia
PROPEPI - Programas Pedacinhos de Piracicaba
RA de Campinas - Região Administrativa de Campinas
REPLAN - Refinaria do Planalto Paulista
RMS - Regiões Metropolitanas
SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.
SEMDES - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social
SERFHAU - Serviço Federal de Habitação e Urbanismo
SESI - Serviço Social da Indústria
SESC - Serviço Social do Comércio
SFH - Sistema Financeiro de Habitação
SUAS - Sistema Único da Assistência Social
UHS - Unidades Habitacionais
UNIMEP - Universidade Metodista de Piracicaba
USP - Universidade de São Paulo
ZEIS - Zonas Especiais de Interesse Social

Referências BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, M. Reconstruindo uma história esquecida: origem e expansão inicial das favelas no Rio de Janeiro. **Espaço e Debates**, vol. 37, 1994.

ALMEIDA, L.M.P. **VULNERABILIDADE SOCIAL**. Disponível em: < http://www.recife.pe.gov.br/pr/secplanejamento/pnud2006/doc/analticos/Vulnerabilidade%20Social.pdf >. Acesso em: 23 de Setembro de 2009.

ARRETCHE, M. Intervenção do Estado e setor privado modelo brasileiro de política habitacional. In: Espaço e Debate. **Revista de Estudos Regionais e Urbanos**, nº 31, Ano XV, São Paulo: NERU, 1990.

AZEVEDO, S. A crise da Política Habitacional: dilemas e perspectivas para o final dos anos 90. In: RIBEIRO, L. C. Q.; AZEVEDO, S. (Orgs.). **A questão da moradia nas grandes cidades**: da política habitacional à reforma urbana. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

BRANDÃO, A. B. Problemas de teoria e metodologia na questão da habitação. **Projeto: arquitetura, planejamento, desenho industrial, construção**. São Paulo, nº 66, p. 102-108, ago. 1984.

BRASIL. **Déficit habitacional no Brasil 2007**. Brasília: Ministério das Cidades, Secretaria Nacional de Habitação, 2009. 129p.

CDHU. Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo. **Produção e oferta de moradias em Piracicaba**. Disponível em: < http://www.habitacao.sp.gov.br/saiba-como-funciona-a-cdhu/producao/oferta-cdhu.asp?Pag=oferta-cdhu&situacao=3&destHab=1&municipl=486&Nome=PIRACICABA >. Acesso em: 10 de Maio de 2010.

CENTRO DA METRÓPOLE. **Capacidade Administrativa do Município de Piracicaba – SP**. Disponível em: < http://www.centrodametropole.org.br/mc/html/bases.html >. Acesso em: 10 de Maio de 2010.

DIEESE. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócios Econômicos. **Valor da cesta básica**. Disponível em: < http://www.dieese.org.br/rel/rac/trama10.xml#SAMPA >. Acesso em: 10 de Maio de 2010.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Disponível em: < http://www.fjp.gov.br/index.php/banco-de-noticias/35-fjp-na-midia/782 >. Acesso em: 20 de Setembro de 2009.

FUNES, S. M. M. **Regularização Fundiária no Município de Piracicaba**: ações e conflitos. 2005. 250p. Dissertação (Mestrado em Engenharia) Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana / Universidade Federal de São Carlos - Centro de Ciências Exatas e de Tecnologia, 2005.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2000**. Disponível em: < http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/universo.php?tipo=31&paginaatual=1&uf=35&letra=C >. Acesso em: 02 de Agosto de 2004.

KOWARICK, L. Viver em risco: sobre a vulnerabilidade no Brasil urbano. **Novos Estudos Cebrap**, vol 63, 2002.

MARICATO, E. Metrópole, legislação e desigualdade. **Estudos Avançados**, vol. 48, 2003.

PIRACICABA. Instituto de Pesquisas e Planejamento de Piracicaba (IPPLAP). **Mapas temáticos**. Disponível em: < http://www.ipplap.com.br/docs/Localizacao%20e%20Extensao.pdf >. Acesso em: 10 de outubro de 2004.

REIS, F. W. Consolidação democrática e construção do Estado: notas introdutórias e uma tese. In: REIS, F. W.; O'DONNEL, G. (Org.). **A democracia no Brasil**: dilemas e perspectivas. São Paulo: Vértice, 1988. p. 13-40.

SANTOS, J. R. (Org.). Piracicaba 2010 – **Realizando o Futuro: agenda 21 de Piracicaba**. Piracicaba, SP: Piracicaba 2010. 2007. 251p.

SARAIVA, C.; MARQUES, E. Disponível em: < http://www.centrodametropole.org.br/pdf/favelas_edu.pdf >. Acesso em: 18 de Agosto de 2009.

SCHWARTZMAN, S. **As causas da pobreza**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

SEBRAE - SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Diagnóstico Municipal**: Piracicaba – SP. São Paulo: SEBRAE, 2001. 138p.

SIQUEIRA, E. S. **A gestão de projetos e a produção da cidadania na associação dos favelados de Piracicaba**. 1993. 230p. Dissertação (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP), 1993.

VALLADARES, L. P. A invenção da favela: do mito de origem à favela. Rio de Janeiro: FGV, 2005. 204p.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo, Nobel – FAPESP, 1998.

1. INTRODUÇÃO

Em uma sociedade profundamente hierarquizada e extremamente desigual como a brasileira não se deve padronizar as necessidades de moradias para todos os estratos de renda.

Quando se trabalha com índices sociais numa realidade desse tipo, o desafio enfrentado é grande. Por um lado, é mais cômodo e simples para o analista – seja do ponto de vista técnico ou de justificação política – fazer *tábula rasa* dessa complexidade social e utilizar parâmetros idênticos para tratar a questão habitacional.

Por outro, essa postura acarreta problemas substantivos: os índices assim levantados acabam sendo de menor serventia para tomadas de decisão do poder público.

Entendido sob uma perspectiva sociológica, o problema da moradia reflete o dinamismo e a complexidade de determinada realidade socioeconômica. Dessa forma, as necessidades do habitante não se reduzem exclusivamente a um "instrumento material", mas dependem da vontade coletiva e se articulam às condições culturais e a outros aspectos da dimensão individual e familiar (BRANDÃO, 1984).

Em suma, as demandas habitacionais não são apenas diferentes para os diversos setores sociais. Também variam e se transformam com a própria dinâmica da sociedade.

Aparentemente é redundante falar sobre a extrema heterogeneidade e desigualdade social do nosso país. Entretanto, numa sociedade com índices de desigualdade extremamente elevados, questões aparentemente universais como educação, serviços de saúde e habitação não são facilmente comparáveis – e muito menos intercambiáveis – entre alguns dos diversos submundos sociais. Em outras palavras, "seria possível dizer que, em muitos aspectos, não há 'mercados' reais que operem igualmente para todos, uma vez

que o processo de penetração capitalista da sociedade ainda apresenta lacunas e/ou deficiências importantes" (REIS, 1988).

Sendo, também, que a discussão do tema habitacional possui fortes interfaces com outras questões recorrentes e complementares. É inadequada uma abordagem setorial que busque reduzir a complexidade do habitat a um déficit habitacional *stricto sensu*.

Frente a um contexto desse tipo, não é por acaso que nas grandes metrópoles brasileiras, os programas de regularização fundiária – vinculados a melhorias urbanas – têm sido um instrumento de política habitacional extremamente importante na luta de muitos moradores de favelas e de bairros clandestinos em busca da integração socioeconômica.

Em suma, ao se analisar a questão habitacional, a relação com outras políticas urbanas deve ser um dos aspectos a ser considerado. Em função da interdependência da moradia com outras esferas, nem sempre um simples incremento dos programas de habitação é a solução mais indicada para melhorar as condições habitacionais da população mais pobre.

Isso porque esses programas podem ser inviabilizados caso não sejam integradas a eles outras políticas urbanas, como de transporte, energia elétrica, esgotamento sanitário e abastecimento de água (AZEVEDO, 1996).

Neste aspecto, o presente estudo (Diagnóstico Habitacional) constituiu-se como um dos produtos do processo de elaboração do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social (PMHIS) de Piracicaba, que tem como objetivo geral, a definição de ações e programas prioritários da política pública voltada ao setor habitacional, a serem desenvolvidas no município.

O processo vem sendo desenvolvido com a participação dos diversos Setores da Sociedade, permitindo a discussão de forma ampliada do tema.

Neste Estudo buscou-se sistematizar o panorama geral segundo uma caracterização das condições de carência habitacional ou dificuldade de

acesso à moradia, bem como das políticas públicas aplicadas para enfrentar essa questão.

Esta etapa envolveu levantamento de informações em diversos setores ligados à questão habitacional no Município. Através de pesquisas, foram realizados o levantamento de vazios urbanos, análise dos marcos legais e da estrutura administrativa do poder público municipal, compreensão do histórico da política habitacional em período recente, e ofertas e demanda por novas moradias.

Com o objetivo de identificar os números do déficit e da inadequação habitacional, no Município de Piracicaba, principalmente da população de baixa renda famílias com até três salários mínimos¹ de renda, utilizou-se como base de referência documentos, informações oficiais produzidas pela Empresa Municipal de Desenvolvimento Habitacional de Piracicaba (EMDHAP), Instituto de Pesquisa e Planejamento de Piracicaba (IPPLAP), Secretaria Municipal de Obras (SEMOB), Institutos e Órgãos de Pesquisa e por publicações científicas da área.

¹ Limite superior para o ingresso em grande número de programas habitacionais de caráter assistencial, como, por exemplo, o Programa Minha Casa Minha Vida, do Governo Federal.

2. CONCEITOS BÁSICOS

Para se considerar o conceito de necessidades habitacionais, mais amplo se faz necessário conceituar: *déficit habitacional* e a *inadequação de moradias*.

2.1. DÉFICIT HABITACIONAL

O conceito de *déficit habitacional* está ligado diretamente às deficiências do estoque de moradias. Engloba aquelas sem condições de serem habitadas devido à: precariedade das construções; desgaste da estrutura física e/ou; construções em áreas de risco. Estas moradias devem ser repostas.

Inclui, ainda, a necessidade de incremento do estoque, devido à: coabitação² familiar forçada³; aos moradores de baixa renda sem condições de suportar o pagamento de aluguel e; aos que vivem em casas e apartamentos alugados com grande densidade de pessoas. Inclui-se ainda a moradia em imóveis e locais com fins não residenciais.

O *déficit habitacional* pode ser entendido, portanto, como "déficit por reposição do estoque" e "déficit por incremento de estoque".

2.1.1. DÉFICIT POR REPOSIÇÃO DO ESTOQUE

O *déficit por reposição do estoque* refere-se aos domicílios rústicos, aos quais deveria ser acrescida parcela devida à depreciação dos domicílios. Tradicionalmente, utilizando o conceito do IBGE, os domicílios rústicos são aqueles sem paredes de alvenaria ou madeira aparelhada. Em decorrência das

² Compreende a soma das famílias conviventes secundárias e das que vivem em domicílios localizados em cômodos – exceto os cedidos por empregador;
³ Famílias que pretendem constituir um domicílio unifamiliar;

suas condições de insalubridade, esses tipos de edificação proporcionam desconforto e trazem risco de contaminação por doenças aos seus moradores.

A depreciação de domicílios esta enquadrada no *déficit por reposição de estoque*, uma vez que há o pressuposto de um limite para a vida útil de um imóvel. A partir dele, e dependendo de sua conservação, sua substituição completa é inevitável⁴.

2.1.2. DÉFICIT POR INCREMENTO DE ESTOQUE

O *déficit por incremento de estoque* contempla os domicílios improvisados, parte da coabitação familiar e dois tipos de domicílios alugados: os fortemente adensados e aqueles em que famílias pobres (renda familiar até três salários mínimos) pagam 30% ou mais da sua renda familiar para o locador.

O conceito de domicílios improvisados engloba todos os locais e imóveis sem fins residenciais e lugares que servem como moradia alternativa (imóveis comerciais, embaixo de pontes e viadutos, carcaças de carros abandonados, barcos e cavernas, entre outros), o que indica claramente a carência de novas unidades domiciliares.

Tradicionalmente, a coabitação familiar compreende a soma das famílias conviventes secundárias que vivem junto à outra família no mesmo domicílio⁵ e das que vivem em cômodo – exceto os cedidos pelo empregador.

No Brasil há uma expectativa extremamente difundida entre todos os setores sociais na busca da habitação unifamiliar⁶, refletida no ditado popular "Quem casa quer casa".

⁴ Dificuldades de acesso a dados e informações que permitissem cálculos, com um mínimo de aproximação da realidade, impediram a incorporação desse componente às estimativas das necessidades habitacionais. Na realidade esse é um indicador difícil de ser apreendido.

⁵ Segundo o critério do IBGE as famílias conviventes secundárias são constituídas por, no mínimo, duas pessoas ligadas por laço de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência, e que residem no mesmo domicílio com outra família denominada principal.



Resumidamente, como *déficit habitacional* pode-se entender como sendo a noção mais imediata e intuitiva de necessidade de construção de novas moradias para a solução de problemas sociais e específicos de habitação detectados em certo momento (BRASIL, 2009).

2.2. INADEQUAÇÃO DE MORADIAS

As habitações inadequadas não proporcionam condições desejáveis de habitação, o que não implica, contudo, necessidade de construção de novas unidades.

Pelo conceito adotado, são passíveis de serem identificadas somente as localizadas em áreas urbanas. Não são contempladas as áreas rurais que apresentam formas diferenciadas de adequação - não captadas pelo Estudo.

Como inadequados são classificados os domicílios com carência de infraestrutura, com adensamento excessivo de moradores, com problemas de natureza fundiária, cobertura inadequada, sem unidade sanitária domiciliar exclusiva ou em alto grau de depreciação.

São considerados domicílios carentes de infra estrutura todos os que não dispõem de ao menos um dos seguintes serviços básicos: iluminação elétrica, rede geral de abastecimento de água com canalização interna, rede geral de esgotamento sanitário ou fossa séptica e coleta de lixo.

Passa-se a ser considerada uma moradia não adequada quando o número médio de moradores no domicílio é superior a três por dormitório. O número de dormitórios corresponde ao total de cômodos⁷ que servem, em caráter permanente, de dormitório para os moradores do domicílio. Nele

⁶ A inclusão da totalidade da coabitación nos cálculos do déficit habitacional, não foi considerada neste Estudo, devido a impossibilidade de contar com fontes de dados que permitissem identificar esta parcela.

⁷ Cômodos são todos os compartimentos integrantes do domicílio separados por paredes, inclusive banheiros e cozinha, e os existentes na parte externa do prédio, desde que constituam parte integrante do domicílio. Não são considerados os corredores, alpendres, varandas abertas e outros compartimentos utilizados para fins não residenciais, como garagens, depósitos etc.

incluem-se aqueles assim utilizados em função de não haver acomodação adequada para essa finalidade.

A inadequação fundiária refere-se aos casos em que pelo menos um dos moradores do domicílio tem a propriedade da moradia, mas não, total ou parcialmente, do terreno ou da fração ideal de terreno (no caso de apartamento) em que ela se localiza.

Ressalte-se que a incidência dessa inadequação está longe de se restringir aos chamados "aglomerados subnormais"⁸, e atinge muitos bairros populares, especialmente nos subúrbios e periferias das grandes metrópoles.

Sob classificação de moradias inadequadas, estão, ainda, incluídos todos os domicílios que, embora possuam paredes de alvenaria ou madeira aparelhada, tenham telhado de madeira aproveitada, zinco, lata ou palha. Ainda que telhados de sapé e similares possam ser considerados uma alternativa em áreas rurais muito restritas das regiões Norte e Nordeste do país.

A inexistência de unidade sanitária domiciliar exclusiva define o domicílio que não dispõe de banheiro ou sanitário de uso exclusivo. Isso tanto ocorre nos cortiços tradicionais (em trajetória de extinção ou de transformação) como em terrenos com dois ou mais domicílios ocupados por famílias pobres ligadas por parentesco ou fortes laços afetivos.

O conceito de inadequação de moradias reflete problemas na qualidade de vida dos moradores: não estão relacionados ao dimensionamento do estoque de habitações e sim a especificidades internas do mesmo. Seu dimensionamento visa ao delineamento de políticas complementares à construção de moradias, voltadas para a melhoria dos domicílios existentes (BRASIL, 2009).

⁸ Eufemismo do IBGE para não utilizar o termo "favelas", que apesar de popularizado no Brasil é fortemente carregado de preconceitos sociais. Tanto é assim que também os moradores das favelas evitam esse nome, preferindo denominar os seus locais de moradia, entre outros, como "vilas" e "comunidades".

2.2.1. FAVELAS

Segundo Valladares (2005), as favelas⁹ são construídas por uma suposta alquimia que lhe seria exclusiva entre irregularidade da ocupação do espaço urbano e ilegalidades várias, pobreza e privações múltiplas, violência e tráfico de drogas, mas também manifestações culturais que lhe dão a marca de identidade.

A favela pode ser considerada como território urbano dos pobres, uma "cidade dentro da cidade" e, ou, símbolo da segregação sócio-espacial. Pode ainda, ser vista sob uma categoria única em que pese as evidências de uma realidade plural e multifacetada (VALLADARES, 2005).

Estes tipos de "moradias" vem sendo uma solução habitacional antiga nas cidades brasileiras, cujo início da ocupação remonta em algumas cidades ao final do século XIX (ABREU, 1994).

As favelas não se faziam muito presentes até o início da década de 1970. A ao longo das décadas de 1970 e 1980, entretanto, a população residente nesse tipo de assentamento aumentou muito nas médias e grandes cidades. Atualmente, elas são um retrato da alta prevalência de situações de pobreza e de uma política habitacional ineficaz.

Em sua maioria estão localizadas em áreas *non edificante*, ou seja, protegidas ambientalmente ou que oferecem risco, como as encostas dos morros e os leitos de cursos d'água (SARAIVA e MARQUES, 2009).

Por se tratarem de áreas problemáticas sob o aspecto da legalidade da terra e caracterizadas por uma ocupação desordenada, as favelas são normalmente locais com deficiência dos serviços de infra-estrutura urbana e com oferta insuficiente de equipamentos públicos.

⁹ "Habitações" construídas de forma improvisada, utilizando materiais não convencionais da construção civil. Nestas "construções", geralmente, utiliza-se tábuas e placas de madeiras para o principal constituinte de pisos, paredes e cobertura.

Estudos realizados por Kowarick (2002) e Maricato (2003) mostraram que a existências destes "núcleos" sustentam uma degradação da situação social na cidade e, em particular estes locais são habitados pela população de renda e escolaridade baixas.

O crescimento do problema introduziu as favelas de forma definitiva nos estudos sobre a dinâmica social na cidade, e a população que está sujeita a tais condições de moradia vem sendo objeto de inúmeros estudos.

Assim sendo, conhecer o tamanho dessa população e suas características são tarefas imprescindíveis para que ações públicas de melhoramento dessas áreas obtenham êxito.

3. ÍNDICE DE DÉFICIT HABITACIONAL

Todo modelo de construção de índices parte de pressupostos, muitas vezes não explicitados, que merecem ser discutidos. Porque, como opções analíticas, podem, no mínimo, ser questionadas a partir de outros paradigmas.

Schwartzman (2004) destaca que os valores centrais dos sistemas estatísticos eficazes são a legitimidade e credibilidade. Essa última é um componente essencial para a aceitação e adoção de padrões e procedimentos uniformes.

Suas bases decorrem de inúmeros fatores, entre os quais se podem destacar¹⁰:

- 1º) a informação confiável é aquela procedente de Instituições que não sejam identificadas como a serviço de um grupo de interesse ou ideologia específica;
- 2º) a informação aceita como confiável é aquela fornecida por pessoas ou Instituições com um forte perfil profissional e técnico;
- 3º) números produzidos sempre de acordo com os mesmos procedimentos, ou seja, com estabilidade e consistência, são mais facilmente aceitos do que aqueles que variam, dependentes de diferentes metodologias;
- 4º) pesquisas avulsas tendem a ser questionadas com mais frequência que os resultados de práticas estatísticas permanentes e continuadas.

Para a coleta de informações deve-se levar em conta tanto sua viabilidade técnica – em função das fontes de dados disponíveis – quanto sua real contribuição para a obtenção de resultados mais fidedignos (SCHWARTZMAN, 2004).

A qualidade das informações geradas vem acompanhada da dificuldade, em um primeiro momento, na manutenção da comparabilidade com os resultados para os anos anteriores. Num segundo, pelo montante de informações referentes a dinâmica urbana no Município que, sobre alguns aspectos, não se apresentavam como convergentes.

Neste sentido, o presente Plano vem contribuir para a atualização e padronização das informações, por exemplo, sobre núcleos habitacionais e perímetro urbano entre o Instituto de Pesquisas e Planejamento de Piracicaba (IPPLAP) e a Empresa Municipal de Desenvolvimento Habitacional de Piracicaba (EMDHAP).

Por não se ter referência sobre as estimativas passadas, no presente Estudo, será apresentado os números do *déficit* segundo as informações disponibilizadas pelos setores de Informática e de Serviço Social da EMDHAP.

Nos próximos anos deverão ser feitos esforços para a análise e atualização tanto das informações geradas quanto da metodologia utilizada, o que permitirá recompor uma série histórica.

3.1. ESTIMATIVA DE DÉFICIT HABITACIONAL NO BRASIL

Segundo a Fundação João Pinheiro (2009) o déficit habitacional no Brasil, em 2007, foi estimado em 6,3 milhões de domicílios, dos quais 5,2 milhões, ou 82,6%, estão localizados nas áreas urbanas

Deve-se lembrar que esses números não são comparáveis com os resultados de 2006¹¹.

Na região Sudeste encontra-se grande número das carências, 2,33 milhões, 37,2% do total, seguida de perto pela região Nordeste, com 2,14 milhões, 34,2% (Tabela 1).

TABELA 1. Déficit habitacional (1) e percentual em relação aos domicílios particulares permanentes, por situação do domicílio, segundo regiões geográficas, unidades da federação e regiões metropolitanas (RMS) - Brasil – 2007.

ESPECIFICAÇÃO	DÉFICIT HABITACIONAL				PERCENTUAL DOS DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES			
	TOTAL	URBANA	RURAL		TOTAL	URBANA	RURAL	
			Total	rural de extensão urbana			Total	rural de extensão urbana
Norte	652.684	487.357	165.327	4.782	16,7	16,2	18,4	14,1
Roraima	52.472	42.561	9.911	3.072	11,6	13,6	7,1	10,8
Acre	21.063	17.263	3.800	-	12,6	14,1	-	8,4
Amazonas	146.268	117.496	28.772	1.530	18,6	18,9	17,4	45,5
Roraima	16.379	14.458	1.921	-	14,7	15,9	9,3	-
Pará	317.089	223.645	93.444	180	17,1	15,6	22,5	8,3
<i>RM Belém</i>	92.734	90.817	1.917	180	16,5	16,5	14,4	8,3
Amapá	30.449	28.853	1.596	-	20,2	20,3	18,0	-
Tocantins	68.964	43.081	25.883	-	18,2	15,4	26,2	-
Nordeste	2.144.384	1.461.669	682.715	6.216	15,0	13,9	18,2	7,4
Maranhão	461.396	240.415	220.981	1.742	29,5	22,0	46,7	11,1
Pernambuco	139.318	76.157	63.161	-	16,9	14,7	20,5	-
Ceará	314.949	227.096	87.853	-	13,9	12,8	18,1	-
<i>RM Fortaleza</i>	124.282	119.970	4.312	-	12,9	12,8	17,0	-
Rio Grande do Norte	117.647	85.191	32.456	1.375	14,0	13,7	15,0	5,9
Paraná	122.166	98.034	24.132	-	12,2	12,2	11,9	-
Pernambuco	281.486	224.956	56.530	2.065	11,7	11,9	11,0	6,6
<i>RM Recife</i>	133.059	129.892	3.167	-	12,2	12,2	13,3	-
Alagoas	123.245	89.128	34.117	1.034	14,8	15,1	14,2	8,0
Sergipe	73.499	60.907	12.592	-	13,0	13,0	12,9	-
Bahia	510.677	359.784	150.893	-	12,9	13,1	12,4	-
<i>RM Salvador</i>	141.025	138.946	2.079	-	13,7	13,7	12,3	-
Sudeste	2.335.415	2.222.957	112.458	9.398	9,3	9,5	6,1	5,9
Minas Gerais	521.085	465.206	55.879	-	8,8	9,1	6,7	-
<i>RM Belo Horizonte</i>	129.404	129.771	233	-	8,3	8,6	1,2	-
Espírito Santo	101.124	90.979	10.145	-	9,4	10,1	6,1	-
Rio de Janeiro	478.901	471.872	7.029	889	9,1	9,3	4,4	5,0
<i>RM Rio de Janeiro</i>	378.797	376.139	2.658	-	9,3	9,3	10,6	-
São Paulo	1.234.306	1.195.800	38.506	8.509	9,6	9,8	5,8	6,0
<i>RM São Paulo</i>	628.624	611.936	16.688	7.594	10,3	10,4	7,8	3,9
Sul	703.167	617.333	85.834	-	7,9	8,3	6,0	-
Paraná	272.542	240.825	31.717	-	8,3	8,6	6,7	-
<i>RM Curitiba</i>	91.444	85.007	6.437	-	8,9	9,1	7,2	-
Santa Catarina	145.363	125.297	20.066	-	7,6	7,9	6,3	-
Rio Grande do Sul	285.261	251.211	34.050	-	7,8	8,3	5,3	-
<i>RM Porto Alegre</i>	136.030	128.784	7.246	-	9,7	9,7	10,0	-
Centro-Oeste	436.995	390.447	46.548	217	10,5	10,8	8,3	3,1
Mato Grosso do Sul	76.027	63.762	12.265	-	10,5	10,1	12,7	-
Mato Grosso	86.679	66.363	20.316	-	9,8	10,0	9,1	-
Goiás	167.042	155.119	11.923	-	9,2	9,6	5,8	-
Distrito Federal	107.248	105.202	2.046	217	14,6	15,1	5,3	3,1
Brasil	6.272.645	5.179.763	1.092.882	20.613	11,1	10,8	12,9	7,1
<i>Total das RMS</i>	1.853.599	1.810.662	42.937	7.774	10,5	10,5	8,9	5,7
<i>Demais áreas</i>	4.417.246	3.369.101	1.048.145	12.839	11,4	11,0	13,1	8,4

Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), 2007

Nota: no cálculo do déficit habitacional o componente coabitación familiar inclui apenas as famílias conviventes que declararam intenção de constituir novo domicílio.

De acordo com as informações apresentadas (Tabela 1), a região Sudeste apresenta uma demanda por 2,22 milhões de novas moradias a serem construídas nos centros urbanos e apenas 112 mil nas áreas rurais. Já na Região Nordeste, são 1,46 milhão urbanas e 683 mil rurais.

Relativamente, é também bastante grande a diferença entre essas regiões. Na Sudeste o déficit representa 9,3% do total dos domicílios, percentual apenas superior ao da região Sul, que é de 7,9%. Historicamente, é onde o déficit afeta, proporcionalmente, menor parcela da população.

Em situação oposta estão a Nordeste, com 15%, e a Norte, onde as carências representam 16,7% dos domicílios. Nessas duas últimas o déficit nas áreas rurais é superior a 18%.

3.1.1. DÉFICIT HABITACIONAL URBANO SEGUNDO A DISTRIBUIÇÃO DE RENDA DA POPULAÇÃO

Sobre o *déficit habitacional* deve ser feita a análise segundo faixas de renda média familiar mensal em termos de salários mínimos (Tabela 2).

Para tanto, deve-se identificar e dar ênfase aos domicílios urbanos na faixa mais baixa de renda, alvo preferencial de qualquer política pública que vise à melhoria das condições de vida da população.

Uma das preocupações, porém, quando se procura identificar e analisar a situação da parcela mais carente da população é considerar o padrão diferencial da distribuição de renda entre as várias regiões

Sabe-se da extrema desigualdade salarial entre as mesmas, o que leva a que uma divisão nacional padronizada em salários mínimos não consiga traduzir a realidade das famílias mais pobres em cada uma delas.

Nesse sentido, para cada unidade da Federação, foram identificadas as famílias que constituíam a base da estrutura social – no caso os 10% mais pobres – e para elas foi calculado o *déficit habitacional*.

Sabe-se, todavia, da dificuldade de utilização dessa forma de apresentação dos resultados para a implementação de programas habitacionais.

São vários os motivos racionais para continuar trabalhando a questão sob a ótica da tradicional divisão em faixas de salários mínimos. Entre eles pode ser citado o constrangimento em explicar como famílias com rendas acima de um salário mínimo, em uma região mais rica, seriam beneficiadas, enquanto em regiões mais pobres famílias nessa faixa de renda não poderiam ser atendidas.

Esses argumentos não invalidaram, contudo, os cálculos que procuram identificar as condições de moradia da parcela mais carente da população em cada região do país.

¹¹ A queda de 1,67 milhão de domicílios nas estimativas entre esses dois anos foi consequência, basicamente, da consideração, na publicação atual (BRASIL 2009), de apenas uma parcela das famílias conviventes como carente de moradias.

TABELA 2. Distribuição percentual do déficit habitacional urbano (1), por faixas de renda média familiar mensal, segundo regiões geográficas, unidades da federação e regiões metropolitanas (RMS) - Brasil - 2007.

ESPECIFICAÇÃO	FAIXAS DE RENDA MÉDIA FAMILIAR MENSAL (EM SALÁRIOS MÍNIMOS)				
	até 3	mais de 3 a 5	mais de 5 a 10	mais de 10	Total (2)
Norte	89,7	6,1	3,2	1,0	100,0
Roraima	91,1	4,4	3,7	0,8	100,0
Acre	87,5	6,3	4,1	2,1	100,0
Amazonas	86,7	8,3	3,6	1,4	100,0
Roraima	88,3	8,1	3,0	0,6	100,0
Pará	91,8	4,5	2,7	1,0	100,0
RM Belém	88,1	6,7	3,8	1,4	100,0
Amapá	84,8	10,4	4,7	0,1	100,0
Tocantins	91,2	6,3	2,2	0,3	100,0
Nordeste	95,9	2,7	1,0	0,4	100,0
Maranhão	95,0	2,4	1,5	0,1	100,0
Piauí	98,3	1,5	0,1	0,1	100,0
Ceará	95,8	3,1	0,7	0,4	100,0
RM Fortaleza	95,1	3,1	1,2	0,6	100,0
Rio Grande do Norte	93,8	5,1	1,3	—	100,0
Paraíba	95,3	2,6	1,1	1,0	100,0
Pernambuco	96,3	2,0	1,6	0,1	100,0
RM Recife	95,6	2,5	1,8	0,7	100,0
Alagoas	96,4	2,7	0,2	0,7	100,0
Sergipe	95,7	3,5	0,8	—	100,0
Bahia	95,7	2,7	1,0	0,6	100,0
RM Salvador	94,8	2,3	1,3	0,6	100,0
Sudeste	86,7	7,9	4,3	1,1	100,0
Minas Gerais	92,4	4,6	1,9	1,1	100,0
RM Belo Horizonte	89,2	6,4	3,2	1,1	100,0
Espírito Santo	89,9	7,8	2,2	0,1	100,0
Rio de Janeiro	89,9	6,9	2,0	1,2	100,0
RM Rio de Janeiro	89,9	6,9	1,9	1,3	100,0
São Paulo	83,0	9,6	6,2	1,2	100,0
RM São Paulo	81,2	9,1	7,9	1,8	100,0
Sul	84,8	10,0	4,1	1,1	100,0
Paraná	86,8	8,9	2,9	1,4	100,0
RM Curitiba	80,5	12,0	6,0	1,7	100,0
Santa Catarina	77,1	13,9	7,1	1,9	100,0
Rio Grande do Sul	86,5	9,2	3,8	0,5	100,0
RM Porto Alegre	87,8	8,5	3,4	0,3	100,0
Centro-Oeste	88,4	7,8	2,7	1,9	100,0
Mato Grosso do Sul	88,4	8,0	2,3	1,3	100,0
Mato Grosso	89,2	6,0	3,5	1,3	100,0
Goiás	90,8	6,4	1,4	1,4	100,0
Distrito Federal	84,5	8,0	4,3	3,2	100,0
Brasil	89,4	6,5	3,1	1,0	100,0
Total das RMS	87,3	7,1	4,4	1,2	100,0

Fonte: Dados Básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), 2007.
Nota: no cálculo do déficit habitacional o componente coabitação familiar inclui apenas as famílias conviventes que declararam intenção de constituir novo domicílio.
(1) Inclusivo rural de extensão urbana. (2) Exclusivo sem declaração de renda.

Segundo as informações da tabela 2, a maior concentração do déficit, 89,4%, se encontra na faixa até três salários mínimos.

Ao se considerar a faixa de renda imediatamente superior são mais 6,5% das famílias, totalizando 95,9% das carências urbanas.

Essa tendência se repete em todas as regiões, de forma mais acentuada na região Nordeste, onde são 95,9% os domicílios na faixa até três salários mínimos, com 2,7% entre três e cinco salários mínimos.

Esse padrão pode ser observado em todas as Unidades da Federação. Nas regiões Sul e Sudeste, enquanto na faixa mais baixa de renda os percentuais são ligeiramente menores, entre 84,8% e 86,7%, na faixa imediatamente superior se apresentam mais elevados, entre 10% e 7,9%.

Especificamente em Santa Catarina e na região metropolitana de Curitiba, essa tendência é mais acentuada ainda.

O mesmo acontece em São Paulo, cujo comportamento influencia diretamente o padrão evidenciado na região Sudeste.

4. O MUNICÍPIO DE PIRACICABA

4.1. CARACTERÍSTICAS GEOGRÁFICAS

O Município de Piracicaba situa-se no centro do Estado de São Paulo (latitude S22° 42' 30" e longitude é de W47° 38' 01" - a uma altitude média de 554 m do nível do mar) a 165 km da Capital, a 33 km de Americana, 73 km de Campinas, 30 km de Limeira, 100 km de Botucatu e 66 km de Salto. O acesso a essas cidades se dá, na maioria das vezes, por rodovias de pista dupla (Figura 1).

Possui uma área territorial de 1.368,40 km², sendo que 165,33 km² são de área urbana e 1.203,07 km² de área rural; é o 19º município do Estado em extensão (IBGE, 2000; PIRACICABA, 2004).

De acordo com censo demográfico de 2000, o município apresenta uma população total de 329.158 habitantes¹², onde 317.374 habitantes residem na área urbana e os outros 11.784 na área rural (IBGE, 2000).

Com clima subtropical transicional para temperado, predominantemente seco, Piracicaba tem índice pluviométrico de 1.283 mm/ano, manifesta uma temperatura média de 20°C, variando entre 18°C e 38°C. Resfriamentos rápidos e passageiros ocorrem quando do avanço de frente polar no inverno levando a temperatura ao mínimo de 5°C.

De qualidade variada, o solo apresenta relevo suavemente ondulado e com declives junto às margens dos rios (todos afluentes do Rio Piracicaba), donde a relutância em se mecanizar as colheitas de cana de açúcar.

Os municípios que fazem divisa com Piracicaba são:

- Ao Norte: São Pedro, Charqueada e Rio Claro;

- Ao Sul: Saltinho, Rio das Pedras, Tietê, Conchas e Laranjal Paulista;

- A Leste: Santa Gertrudes, Iracemápolis, Limeira e Santa Bárbara D'Oeste e;

- A Oeste: Anhembi e Santa Maria da Serra a Oeste (Figura 2).

FIGURA 1. Localização de Piracicaba.



Fonte: SEBRAE (2001).

FIGURA 2. Perímetro e divisa com outros municípios.



Fonte: IPP/LAP (2009).

4.2. CONTEXTO HISTÓRICO

A fundação do município ocorreu por ordem do Capitão-Geral de São Paulo, Dom Luís Antônio de Souza Botelho Mourão, que encarregou Antônio Corrêa Barbosa de fundar uma povoação na foz do rio Piracicaba.

Desobedecendo a ordem do Capitão-Geral o Capitão povoador optou pelo local mais apropriado da região, a margem direita do salto, a 90 quilômetros da foz do rio Piracicaba, onde habitavam os índios paiguás e onde haviam se fixado alguns posseiros.

Em 1º de agosto de 1767, era fundado oficialmente o povoado de Piracicaba, que seria ponto de apoio para as embarcações que desciam o rio Tietê e daria retaguarda ao abastecimento do Forte de Iguatemi na fronteira com o Paraguai.

Em 1784, a freguesia foi transferida para a margem esquerda do rio, logo abaixo do salto, onde terras melhores favoreciam sua expansão.

Em 1836 passou a se chamar Vila Nova da Constituição e, em 1877, por petição do então vereador Prudente de Moraes, mais tarde primeiro presidente civil do Brasil, o nome da cidade foi oficialmente mudado para Piracicaba, que significa lugar onde o peixe pára.

A principal atividade de então era a agricultura, em que a cana-de-açúcar e o café desempenhavam papel principal.

No ano de 1877 foi inaugurado o ramal da estrada de ferro entre Piracicaba e Itu, estabelecendo a conexão entre o transporte fluvial e o ferroviário.

Em 1881, foi constituído o Engenho Central, que representou um avanço na estrutura produtiva, pois industrializava a cana de forma centralizada e com equipamentos modernos, empregando pela primeira vez mão-de-obra assalariada no município. Na virada do século, Piracicaba tornou-se a maior produtora de açúcar na América Latina.

No ano de 1892, Luiz de Queiroz doou ao governo do Estado de São Paulo a Fazenda São João da Montanha para que fosse construída uma escola agrícola, que abriu suas matrículas, em 1º de maio de 1901, sendo hoje a Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ), pertencente à Universidade de São Paulo (USP).

No início do século XX a agricultura da cana-de-açúcar intensificou-se, tornando-se o principal ramo econômico do município, que se industrializava desenvolvendo a indústria mecânica voltada à produção de equipamentos para as usinas de açúcar e álcool.

A industrialização promoveu uma intensa migração rural para a cidade, provocando a inversão da população de rural para urbana.

O atual processo de desenvolvimento da economia piracicabana – motivado pelas exportações, pela consolidação do mercado global de biocombustíveis e a geração de postos de trabalho nas áreas de comércio e serviços – faz lembrar o movimento de dinamismo econômico ocorrido na década de 70 e início dos anos 80.

Neste sentido, se faz necessário o acompanhamento dos processos de uso e ocupação do solo para os próximos anos, visando evitar os equívocos do passado.

4.3. INSERÇÃO MICRO E MACRO REGIONAL

Localizada em uma das regiões mais industrializadas e produtivas de todo o Estado de São Paulo onde se concentram os setores: metalúrgico; mecânico; têxtil; alimentício; sucroalcooleiro e; petroquímico. Neste contexto, Piracicaba é considerada como importante pólo regional de desenvolvimento industrial e agrícola.

É sede da Micro Região composta por 12 municípios, a saber: Águas de São Pedro, Capivari, Charqueada, Jumirim, Mombuca, Piracicaba, Rafard, Rio das Pedras, Saltinho, Santa Maria da Serra, São Pedro e Tietê

Possui características favoráveis quanto à infra-estrutura¹³ e qualidade de vida em condições iguais ou superiores às maiores cidades do Brasil, com um comércio atuante, bairros estruturados com áreas de lazer, clubes de serviços e esportivos (SEBRAE, 2001).

A situação econômica no município é estável, favorecendo a instalação de grandes indústrias. Essa estrutura tem atraído e motivado a instalação de grandes empresas de porte nacional e internacional, ressaltando a indústria metalúrgica.

O município desfruta de condições favoráveis para se viver, com qualidade de vida, devido aos seguintes fatores:

- prolongamento da Rodovia dos Bandeirantes, a apenas 20 km de Piracicaba, aproximando-a mais da capital do Estado;
- disponibilidade de energia elétrica e inclusão do gasoduto Bolívia – Brasil, derivado da tubulação principal a apenas de 19 km do município;
- proximidade de 65 km com a Refinaria do Planalto Paulista (REPLAN), localizada em Paulínia, através da malha rodoviária mais moderna do Brasil.

Em 2006, Piracicaba ocupava o posto de nono maior município exportador do País e sua infra-estrutura passou a ser considerada a quarta melhor do Estado de São Paulo e a décima terceira do País pela revista Exame.

Com a implantação do Pólo Nacional de Biotecnologia (PNBio) e do Arranjo Produtivo Local do Alcool (APLA), o município passou a ser destaque como um dos maiores centros mundiais de produção do conhecimento e de equipamentos para atender a expansão dos mercados nacional e internacional de biocombustíveis e energias renováveis (SANTOS, 2007).

¹³ Saneamento básico, número estabelecimentos de ensino (ensino fundamental, superior e técnico), leitos hospitalares, meios de transportes, meios de comunicação;

Estes fatores são relevantes, pois contribuirão para posicionar a cidade na rota do desenvolvimento sustentável.

4.4. DESENVOLVIMENTO POPULACIONAL

O perfil da população de Piracicaba vem acompanhando os fenômenos demográficos presenciados na Região Administrativa de Campinas (RA de Campinas), que envolve as regiões de Governo de Bragança Paulista, Campinas, Jundiá, Limeira, Piracicaba, Rio Claro e São João da Boa Vista, contemplando 90 municípios e uma população de 6.010.392 habitantes. A taxa geométrica de crescimento anual da população de Piracicaba caiu de 2,7%, em 1981, para 1,38% ao ano, em 2005, seguindo tendência similar à verificada no total do Estado de São Paulo e na RA de Campinas para todo o período.

Na figura 3, é possível visualizar como o Estado de São Paulo tem acentuada, a partir de 2004, a queda da sua taxa de crescimento populacional, fenômeno que não ocorre com a RA de Campinas e o município de Piracicaba.

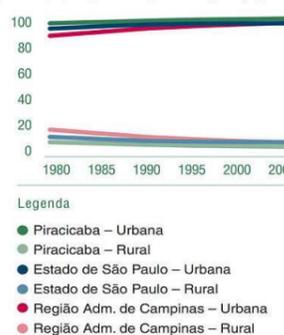
FIGURA 3. Taxa anual de crescimento.



Fonte: SANTOS (2007).

Santos (2007) evidencia que com o crescimento do município houve a inversão da população, de rural para urbana (Figura 4).

FIGURA 4. Distribuição da população - em porcentagem (%).



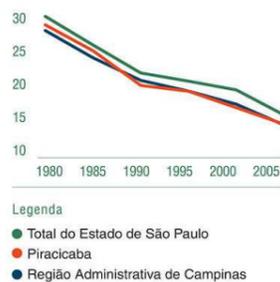
Fonte: SANTOS (2007).

Quando as taxas de natalidade são comparadas, (Figura 5), percebe-se que esse perfil populacional se mantém, ao longo dos anos.

¹² População atual: 358.108 - IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em: 10/06/2009;



FIGURA 5. Taxa de natalidade – por mil habitantes



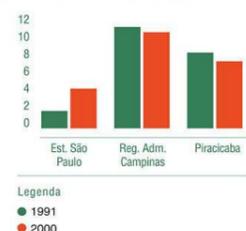
Fonte: SANTOS (2007).

A figura 5, evidencia, também, que a taxa média de natalidade por mil habitantes se reduz, passando de 27 nascidos em 1980 para 15 em 2005. Estas variações seguem a mesma tendência do observado no Estado de São Paulo e na Região Administrativa de Campinas.

Em relação à migração, a RA de Campinas e o município de Piracicaba apresentou no ano 2000 uma taxa líquida¹⁴ superior à média estadual, apesar de contarem com uma tendência de queda em relação a 1991 – em contraposição à taxa líquida de migração estadual, que nesse período sofreu crescimento, conforme demonstra a figura 6.

¹⁴ Diferença entre novos residentes e a população que migrou para outras localidades.

FIGURA 6. Taxa líquida de migração – por mil habitantes.



Fonte: SANTOS (2007).

A expansão populacional nas últimas décadas foi maior nas regiões norte e noroeste (aumento de 35% a 37% no período de 1991 a 2000), seguidas das regiões sul e sudeste, que também apresentaram tendência de elevado crescimento populacional (de 25% a 35%).

Já a densidade populacional, que é medida em número de habitantes por hectare¹⁵, tem seu índice mais expressivo na região sudoeste (Monte Libano, Vila Cristina e Jardim Itapua) única no município a apresentar densidade superior a 100 habitantes por hectare, seguida das regiões central, sul e noroeste, com densidade entre 50 a 100 habitantes por hectare.

Para o período de 1991 a 2000, os maiores índices de crescimento populacional ocorreram nas regiões noroeste e sudeste do município (ANEXO 1).

Os bairros do Jardim Primavera, Algodal, Mário Dedini, Vila Fátima, Vila Sônia, Parque Piracicaba e Santa Rosa apresentaram as maiores taxas, com 35% a 37,5% de crescimento populacional em menos de dez anos.

¹⁵ Área correspondente a 10.000 m².

Como o município se encontra inserido em uma das regiões mais desenvolvidas e dinâmicas do Estado em termos geo-econômicos, existe uma expectativa de que em 2020, com a acentuação da expansão urbana, o mesmo chegue a abrigar 15,5% do total de habitantes do Estado de São Paulo, o que projeta importante potencial de demanda por moradias.

Neste contexto, os loteamentos multiplicaram-se a cada década, oferecendo um grande número de lotes à população também crescente.

4.5. VULNERABILIDADE SOCIAL EM PIRACICABA

É importante ressaltar que o conceito de vulnerabilidade no entendimento de que os eventos que vulnerabilizam as pessoas não são apenas determinados por aspectos de natureza econômica. Fatores como a fragilização dos vínculos afetivo-relacionais e de pertencimento social (discriminações étnicas, de gênero ou por deficiência...), ou vinculados à violência, ao território, à representação política dentre outros, também afetam as pessoas. Segundo Francisco de Oliveira, as situações de vulnerabilidade podem ser geradas pela sociedade e podem ser originárias das formas como as pessoas (as subjetividades) lidam com as perdas, os conflitos, a morte, a separação, as rupturas (ALMEIDA, 2009).

Uma análise das condições de vida de seus habitantes mostra que os responsáveis pelos domicílios auferiam, em média, R\$1.054, sendo que 37,5% ganhavam no máximo três salários mínimos.

Esses responsáveis tinham, em média, 7,0 anos de estudo, 43,7% deles completaram o ensino fundamental, e 5,6% eram analfabetos. Em relação aos indicadores demográficos, a idade média dos chefes de domicílios era de 46 anos e aqueles com menos de 30 anos representavam 13,5% do total. As mulheres responsáveis pelo domicílio correspondiam a 21,9% e a parcela de crianças com menos de cinco anos equivalia a 8,1% do total da população.

4.5.1. GRUPOS DE VULNERABILIDADE SOCIAL

As situações de maior ou menor vulnerabilidade às quais a população se encontra exposta estão resumidas nos seis grupos do Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS), a partir de um gradiente das condições socioeconômicas e do perfil demográfico (Figura 7 e 8).

FIGURA 7. Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS) – Município de Piracicaba.

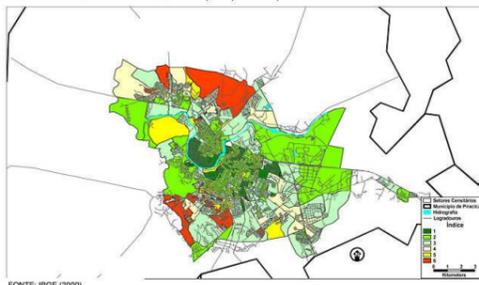


FIGURA 8. Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS) – Município de Piracicaba.

Indicadores	Índice Paulista de Vulnerabilidade Social						Total
	1- Nenhuma Vulnerabilidade	2- Muito Baixa	3- Baixa	4- Média	5- Alta	6- Muito Alta	
População Total	29.229	100.003	82.961	43.536	26.208	36.727	328.744
Porcentagem da População	8,9	30,4	25,2	13,2	11,0	11,2	100,0
Domicílios Familiares	8.520	30.489	22.957	11.197	6.528	6.860	92.571
Tamanho Médio do Domicílio (em pessoas)	3,1	3,3	3,6	3,9	3,8	4,1	3,5
Responsáveis pelo Domicílio Alfabetizados (%)	99,4	97,3	95,5	93,9	88,2	83,5	94,4
Responsáveis pelo Domicílio com Ensino Fundamental Completo (%)	82,8	49,6	43,0	35,0	21,0	16,7	43,7
Anos Médios de Estudo do Responsável pelo Domicílio	11,7	7,7	6,8	5,8	4,6	4,1	7,0
Rendimento Nominal Médio do Responsável pelo Domicílio (em reais de julho de 2006)	2.535	1.231	896	594	563	376	1.064
Responsáveis com Renda de até 3 Salários Mínimos (%)	10,2	29,1	34,8	46,2	55,6	72,2	37,5
Responsáveis com idade entre 10 e 29 Anos (%)	11,1	8,1	13,7	20,8	13,3	24,7	13,5
Idade Média do Responsável pelo Domicílio (em anos)	47	51	44	40	47	40	46
Mulheres Responsáveis pelo Domicílio (%)	23,3	25,2	19,4	17,3	19,6	23,5	21,9
Crianças de 0 a 4 Anos no Total de Residentes (%)	5,8	5,4	8,1	11,2	8,6	13,1	8,1

Analisando as informações apresentadas nas figuras 7 e 8, Piracicaba apresenta sua população distribuída nas seguintes categoria de vulnerabilidade:

GRUPO 1) - NENHUMA VULNERABILIDADE SOCIAL

O Grupo 1 (em verde) representa aquelas com nenhuma vulnerabilidade, com 29.229 pessoas (8,9% do total).

No espaço ocupado por esses setores censitários, o rendimento nominal médio dos responsáveis pelo domicílio era de R\$2.535,00 e 10,2% deles auferiam renda de até três salários mínimos.

Em termos de escolaridade, os chefes de domicílios apresentavam em média, 11,7 anos de estudo, 99,4% deles eram alfabetizados e 82,8% completaram o ensino fundamental.

Com relação aos indicadores demográficos, a idade média dos responsáveis pelos domicílios era de 47 anos e aqueles com menos de 30 anos representavam 11,1%.

As mulheres chefes de domicílios correspondiam a 23,3% e a parcela de crianças de 0 a 4 anos equivalia a 5,8% do total da população desse grupo.

GRUPO 2) - VULNERABILIDADE SOCIAL MUITO BAIXA

O Grupo 2 (verde claro) representa aquelas com vulnerabilidade muito baixa, 100.003 pessoas (30,4% do total).

No espaço ocupado por esses setores censitários, o rendimento nominal médio dos responsáveis pelo domicílio era de R\$1.231,00 e 29,1% deles auferiam renda de até três salários mínimos.

Em termos de escolaridade, os chefes de domicílios apresentavam em média, 7,7 anos de estudo, 97,3% deles eram alfabetizados e 49,6% completaram o ensino fundamental.

Com relação aos indicadores demográficos, a idade média dos responsáveis pelos domicílios era de 51 anos e aqueles com menos de 30 anos representavam 8,1%.

As mulheres chefes de domicílios correspondiam a 25,2% e a parcela de crianças de 0 a 4 anos equivalia a 5,4% do total da população desse grupo.

GRUPO 3) - VULNERABILIDADE SOCIAL BAIXA

O Grupo 3 (azul claro) representa aquelas com vulnerabilidade baixa, 82.961 pessoas (25,2% do total).

No espaço ocupado por esses setores censitários, o rendimento nominal médio dos responsáveis pelo domicílio era de R\$898,00 e 34,8% deles auferiam renda de até três salários mínimos.

Em termos de escolaridade, os chefes de domicílios apresentavam, em média, 6,8 anos de estudo, 95,5% deles eram alfabetizados e 43,0% completaram o ensino fundamental.

Com relação aos indicadores demográficos, a idade média dos responsáveis pelos domicílios era de 44 anos e aqueles com menos de 30 anos representavam 13,7%.

As mulheres chefes de domicílios correspondiam a 19,4% e a parcela de crianças de 0 a 4 anos equivalia a 8,1% do total da população desse grupo.

GRUPO 4) - VULNERABILIDADE SOCIAL MÉDIA

O Grupo 4 (cor de rosa) representa aquelas com vulnerabilidade média, 43.536 pessoas (13,2% do total).

No espaço ocupado por esses setores censitários, o rendimento nominal médio dos responsáveis pelo domicílio era de R\$594,00 e 46,2% deles auferiam renda de até três salários mínimos.

Em termos de escolaridade, os chefes de domicílios apresentavam em média, 5,8 anos de estudo, 93,8% deles eram alfabetizados e 35,0% completaram o ensino fundamental.

Com relação aos indicadores demográficos, a idade média dos responsáveis pelos domicílios era de 40 anos e aqueles com menos de 30 anos representavam 20,8%.

As mulheres chefes de domicílios correspondiam a 17,3% e a parcela de crianças de 0 a 4 anos equivalia a 11,2% do total da população desse grupo.

GRUPO 5) - VULNERABILIDADE SOCIAL ALTA

O Grupo 5 (amarelo) representa aquelas com vulnerabilidade alta, 36.288 pessoas (11,0% do total).

No espaço ocupado por esses setores censitários, o rendimento nominal médio dos responsáveis pelo domicílio era de R\$563,00 e 55,6% deles auferiam renda de até três salários mínimos.

Em termos de escolaridade, os chefes de domicílios apresentavam em média, 4,6 anos de estudo, 88,2% deles eram alfabetizados e 21,0% completaram o ensino fundamental.

Com relação aos indicadores demográficos, a idade média dos responsáveis pelos domicílios era de 47 anos e aqueles com menos de 30 anos representavam 13,3%.

As mulheres chefes de domicílios correspondiam a 19,6% e a parcela de crianças de 0 a 4 anos equivalia a 8,6% do total da população desse grupo.

GRUPO 6) - VULNERABILIDADE SOCIAL MUITO ALTA

O Grupo 6 (laranja) representa aquelas com vulnerabilidade muito alta, 36.727 pessoas (11,2% do total). No espaço ocupado por esses setores

censitários, o rendimento nominal médio dos responsáveis pelo domicílio era de R\$375,00 e 72,2% deles auferiam renda de até três salários mínimos.

Em termos de escolaridade, os chefes de domicílios apresentavam em média, 4,1 anos de estudo, 83,5% deles eram alfabetizados e 16,7% completaram o ensino fundamental.

Com relação aos indicadores demográficos, a idade média dos responsáveis pelos domicílios era de 40 anos e aqueles com menos de 30 anos representavam 24,7%.

As mulheres chefes de domicílios correspondiam a 23,5% e a parcela de crianças de 0 a 4 anos equivalia a 13,1% do total da população desse grupo.

4.6. EMPREGABILIDADE

De acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), no ano de 2000, Piracicaba apresentava 64.368 empregados no setor formal da economia, índice que se elevou para 92.839 empregados em 2006.

O emprego formal, que havia se estabilizado em nível próximo a 20% da população total entre 1999 e 2002, teve uma modesta, mas consistente, recuperação após 2003 e atingiu 25,34% em 2006, como resposta a um excelente período econômico.

Quanto ao salário dos empregados do setor formal, observou-se que, entre 2000 e 2004, os salários pagos no setor de serviços cresceram 42,2% contra os 54,4% registrados no setor industrial.

No setor comercial, cresceram apenas 29,7% no período, a menor taxa de expansão dentre todos os setores, e em 2004 equivaliam, em média, a 57% do que se pagava no setor de serviços.

A escolaridade da força de trabalho vem apresentando evolução em Piracicaba, seguindo uma tendência nacional.

Entre 1999 e 2005, a participação dos empregados com o Ensino Fundamental completo ficou estável, em torno de 20% do total, e daqueles com Ensino Médio completo aumentou 20%, passando de 10% para 12%.

O maior crescimento, no entanto, foi presenciado na participação dos empregados com Ensino Superior, que passou de 19% para 36%, ou, em termos absolutos, de 6.560 para 10.417 empregados nessa categoria.

A evolução recente desses indicadores de emprego indica a exigência cada vez maior do mercado de trabalho em relação ao nível de escolaridade dos empregados.

O Ensino Médio é atualmente requisito mínimo para a conquista de uma vaga de emprego e o Ensino Superior completo, uma qualificação cada vez mais desejável.

Mesmo a expressiva geração de empregos formais não foi capaz de diminuir o desemprego, que se manteve estável em torno de 16% da força total de trabalho.

O número de desempregados cresceu na média anual de mil trabalhadores para o período de 2000 a 2006, a despeito do número de empregos, que cresceu em média 4.714 posições por ano, indicando que boa parte do desemprego pode ser considerada do tipo estrutural e atribuída à falta de qualificação dos dispensados.

Em 2000, segundo o Posto de Atendimento ao Trabalhador (PAT) de Piracicaba, 48% dos desempregados ali cadastrados não possuíam o Ensino Fundamental e 76% não haviam concluído o Ensino Médio.

Apesar da melhora quantitativa dos indicadores educacionais da cidade, muito ainda deve ser feito para formar e atualizar a força de trabalho piracicabana, e esse é um dos grandes desafios para os próximos.

A cidade precisará dar um salto qualitativo na formação de seu capital humano se quiser manter uma trajetória de crescimento socialmente sustentável, pois, se persistirem estas tendências, o aumento das exportações



de alto valor agregado, criará novos empregos qualificados e demanda por esse tipo de vaga no setor industrial e de serviços.

As oportunidades de emprego para os municípios que entrarem na idade de trabalho nos próximos dez anos com o Ensino Médio completo poderão ser geradas nos setores turístico e comercial, que são intensivos em mão-de-obra semi-especializada e vão necessitar de quadros funcionais eficientes também de nível médio.

O incentivo à formação técnica profissionalizante no Ensino Médio deve voltar a atender esses setores, visando diminuir o desemprego estrutural, aumentando a renda e a inclusão social para estes grupos.

4.7. AÇÕES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO

Embora o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de Piracicaba tenha sido de 0,836 no ano de 2000, maior que o índice para o Estado de São Paulo como um todo, que foi de 0,814, esses benefícios não estão chegando a toda a população do município.

A pobreza é considerada um dos principais problemas sociais de Piracicaba, tanto pela opinião pública como pelos executores das políticas públicas e os formadores de opinião.

Entre 2000 e 2002, o município passou do primeiro grupo de municípios, no Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS), grupo que se encontram os municípios com altos níveis de riqueza e bons indicadores sociais, para o segundo grupo, que inclui os municípios que apresentam altos níveis de riqueza, mas não exibem bons indicadores sociais.

A falta de acesso da população mais marginalizada ao mercado de trabalho é apontada como uma das principais causas dos altos índices de pobreza.

O Programa Emergencial de Auxílio Desemprego – Frente de Trabalho é também parte desse esforço e busca proporcionar ocupação, qualificação profissional e renda às pessoas desempregadas.

Em setembro de 2006, atendia mais de 100 pessoas/mês. O Programa Qualificação e Requalificação Profissional é o maior em termos de atendimento, atingindo mais de 1,7 mil pessoas em 2006.

Nesse mesmo ano, com o intuito de diminuir o desemprego entre a população mais pobre do município, a SEMDES, em parceria com a indústria sucroalcooleira, realizou um processo de recrutamento de moradores de Piracicaba para o preenchimento de mil vagas que o setor agrícola do município oferece na época da safra da cana-de-açúcar, o que gera uma forte migração temporária.

Porém, apenas 160 pessoas chegaram às etapas de treinamento e contratação. Em estudo desenvolvido pelo curso de Serviço Social das Faculdades Integradas Maria Imaculada de Piracicaba, constatou-se que a população que se ocupava historicamente do corte de cana no município migrou para outros segmentos ou foi incorporada em outras atividades nas próprias unidades produtivas do setor.

Ainda como parte das ações de combate à pobreza, em 2006 foi criado o Conselho Municipal de Segurança Alimentar, constituído por conselheiros do governo e da sociedade civil, tendo como objetivo a formulação de políticas públicas.

Em relação a população de rua e migrantes a SEMDES não tem tido sucesso na reintegração destas pessoas, apesar das iniciativas, conhecidas como Projeto Recriando e Serviço Núcleo de Apoio Social Novos Caminhos.

A questão da população de rua é agravada pela migração em Piracicaba. No ano 2000, o saldo migratório do município era de mais de 2 mil pessoas.

Com a intenção de minimizar esse problema, a prefeitura lançou uma campanha contra a esmola, pois a renda que essa população alcança, praticando essa atividade, se apresenta como um dos principais impeditivos para a retirada de pessoas moradoras de rua.

Mais uma vez, a fragilidade na integração dos atendimentos comparece como um elemento dificultador do alcance dos resultados pretendidos pelas intervenções públicas e da sociedade civil.

4.8. CONTEXTO DO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

Em 1940, quando o censo do IBGE apurou uma população de 76.416 habitantes, sendo que 33.771 habitantes residiam na área urbana e 42.645 habitantes residiam na zona rural, revelando uma cidade eminentemente agrícola. Nesse Censo, o IBGE apontava um total de 15.320 domicílios, resultando na média de 4,99 moradores por domicílio.

O município começou a registrar seus loteamentos em 1944. Até então, as divisões das propriedades eram feitas no cartório entre proprietários sem registro na prefeitura.

Mesmo sendo uma cidade onde a agricultura era a principal atividade, a indústria começava a surgir como um segmento importante na década de 1940, assim como despertava a sua vocação como pólo educacional, inaugurando em 1939 a primeira biblioteca pública do interior paulista.

A indústria da região também começava a ser destaque no Estado de São Paulo. E, no início dos anos 40, a produção da região de Campinas representou 8,5% da produção industrial de São Paulo, e dez anos depois passou a representar 9,1%.

Em 1949, Piracicaba ocupava o 3º lugar entre os municípios da região em produção industrial, sendo que Campinas ocupava a 1ª posição, com 21,6% do valor da produção industrial da região, seguido por Jundiaí com 12,2% da produção industrial, e Piracicaba, com 9,5%.

Na década de 1950 a população cresceu para 87.835 habitantes, sendo que a população urbana já começava a superar a rural, apresentando 47.787 habitantes urbanos e 40.048 na zona rural; a taxa de urbanização, que em 1940 era 44,2%, passou para 54,4%, ou seja, pouco mais da metade da população era urbana.

Para atender a essa demanda, na década de 1940 a 1950, foram registrados seis loteamentos na prefeitura, perfazendo 755.063m² loteados, resultando em 1.475 lotes, aproximadamente. Os domicílios foram acrescidos de 1.738 residências, alcançando um total de 17.058 domicílios, segundo o IBGE.

A média de moradores por domicílio cresceu de 4,99 para 5,15. A cidade se configurava urbanizando os arredores do centro implantado pelos fundadores da cidade.

A cidade iniciou sua urbanização na década de 1950, quando ocupava o 7º lugar no Estado em população, o 34º lugar entre os municípios em termos de renda, e o 15º do Estado.

A mudança do panorama urbano foi rápida. Em 1956, a cidade tinha 13 mil prédios, em 1962, 17 mil. Os largos, as praças e jardins passaram de 24 para 43, e em apenas 12 meses, entre 1956 e 1957, a cidade teve mais 1.650m de ruas recebendo iluminação pública e mais de 50 quarteirões sendo asfaltados. O consumo de energia subiu de 7.023.965 Kwh em 1954 para 37.134.381 Kwh no ano seguinte.

Piracicaba desenvolvia-se ao ritmo do Brasil grande, tendo recebido, em 1957, o título de "Município mais progressista do país", pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM).

As mudanças e o grande crescimento da cidade provocaram a promulgação da 1ª lei de zoneamento municipal nessa mesma década.

Na década de 1960, década imediatamente anterior ao início do Plano Diretor, começou-se a detectar a mudança do rural para o urbano.

A população cresceu em 27.568 habitantes, passando de 87.835 habitantes para 115.403 habitantes, dos quais 81.705 eram da área urbana e apenas 33.698 habitantes da zona rural.

A taxa de urbanização era de 70,8%, e a densidade demográfica de 81 habitantes por km². Entre 1950 e 1960 foram loteados 6.228.260 m² em 86 loteamentos, totalizando 12.033 lotes.

O censo contabilizou 23.220 domicílios, tendo acrescido 6.162 domicílios.

Pode-se notar que naquela década o número de lotes lançados era praticamente o dobro de domicílios construídos. A média de moradores era de 5 moradores por domicílio, ou seja, praticamente a mesma de 1950.

A agropecuária ainda era a maior fonte de empregos, ocupando 57,3% destes, contra 26,9% da indústria e 9,6% do comércio.

Neste momento, começava a verticalização, sendo que o maior de seus prédios, o Comurba, estava em construção; era um prédio para uso residencial e comercial, projetado pelo arquiteto Fábio Penteadó ao lado da praça central de Piracicaba.

O edifício chamado "sonho modernista" da cidade estava com 14 andares construídos e em seu térreo já funcionava um cinema; se tivesse sido concluído, teria 22 mil metros construídos. Mas, em 6 de novembro de 1964, o edifício ruiu, causando grande impacto na cidade. Foi uma década marcada por acidentes, como a queda do edifício e uma grande enchente do rio Piracicaba.

O Grupo Dedini, que alcançara grande progresso na metalurgia e siderurgia, sentiu sua primeira dificuldade econômica significativa, tendo causado a demissão de 30% de seus trabalhadores.

Naquela década, Luciano Guidotti, em seu segundo mandato como prefeito, fez construir várias obras importantes para o desenvolvimento urbano piracicabano:

- duas pontes que atravessavam o rio Piracicaba, ligando as suas margens;
- o Hotel Beira-Rio;
- a Pinacoteca;
- o Paço Municipal;
- a estação de ônibus urbanos;
- o Teatro Municipal e;
- a Fundação Municipal de Ensino - além de várias avenidas que ainda hoje são importantes para a mobilidade urbana do município.

Em 1º de agosto de 1967, Piracicaba comemorava 200 anos.

Vale lembrar que, também, naquela década foi criado o Centro de Energia Nuclear na Agricultura (CENA), vinculado à Faculdade de Agronomia Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo (ESALQ / USP).

A década de 1960 foi marcada pela forte urbanização do município.

Em 1970, a população crescia para 152.505 habitantes, e a cidade configurava-se como urbana, com 83,8% de taxa de urbanização e uma população urbana de 127.818 habitantes, ficando na zona rural apenas 24.687 habitantes, apresentando um decréscimo de 9.011 habitantes.

Entre 1960 e 1970, os loteamentos já possuíam uma área de 19.447.013,93m², resultando em 16.663 lotes com 91 loteamentos; o número de domicílios passou para 30.993, e o número médio de moradores por domicílio foi reduzido para 4,92. Foram 7.773 domicílios que se somavam à malha urbana.

A economia Piracicabana cresceu apoiada no consumo de uma força de trabalho superabundante, favorecendo ao desemprego, aos empregos sazonais e aos baixos salários. Essa população geralmente foi impedida do acesso aos bens e serviços da cidade como por exemplo saneamento básico e condições dignas de habitação, propiciando os assentamentos informais.

Essa população organizada desde as primeiras ocupações, em meados da década de 70, sempre lutou pelo direito à moradia e segurança de permanência no local por eles ocupados, e principalmente pela posse da terra resistindo às políticas municipais de remoções, geralmente impostas pelo poder público.

Nessa década, em Piracicaba, viam-se instalar os primeiros núcleos de pobreza, sendo a habitação um dos principais problemas.

O crescimento da periferia urbana acontecia sem infra-estrutura básica. Os primeiros passos para a industrialização da cidade eram dados; pensava-se então na criação de um distrito industrial.

Temos ainda entre os fatos que marcaram a década, o início do funcionamento do Sistema Cantareira, que passou a captar 32m³ de água por segundo do rio Piracicaba para abastecer a grande São Paulo, fato que se iniciou em 30 de dezembro de 1973.

Em 1974, o Engenho Central deixou de funcionar, levando as finanças do Grupo Silva Gordo (proprietário do engenho) a uma situação delicada, que faria com que o Distrito Industrial viesse a ser implantado em terras do mesmo grupo, para assim amenizar as dificuldades financeiras de Silva Gordo, embora o Plano Diretor indicasse que essas terras deveriam ser reservadas à agricultura.

Cabe destacar que entre as décadas de 1960 e de 1980, o Estado brasileiro estruturou o Sistema Financeiro de Habitação (SFH)¹⁶ e o Banco Nacional de Habitação (BNH), criado em 1964 e extinto em 1986, que se tornou o principal instrumento da política urbana, promovendo a intensificação do processo de verticalização, de periferização e de grande expansão da rede de infra-estrutura urbana no país.

¹⁶ A fonte de recurso para o SFH eram: depósitos a prazo, financiamentos nacionais e internacionais, letras imobiliárias, depósitos compulsórios dos institutos de aposentadorias e pensões, e aquisição obrigatória de letras imobiliárias pelos Serviço Social da Indústria (SESI) e o Serviço Social do Comércio (SESC).

Devido à falta de um banco de dados que consolide as informações, é muito difícil realizar um diagnóstico preciso das condições da população mais desfavorecida do município e da capacidade de atendimento do governo municipal.

Essa ausência, de outro lado, limita um planejamento mais detalhado das ações públicas.

No entanto, com a colaboração do Instituto de Pesquisas e Planejamento de Piracicaba (IPPLAP), estão sendo empreendidos esforços para se agruparem informações, o que possibilitaria a publicação de dados referentes ao atendimento dos diversos programas desenvolvidos pela gestão municipal.

Atualmente, as ações de assistência social no município enfatizam a "centralidade da família", focando-se no combate à fragilização dos vínculos familiares e comunitários. O desafio atual é a articulação da política de assistência social com outras políticas sociais e o fortalecimento da rede sócio-assistencial.

A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SEMDES) está empenhada na implementação do Cadastro Único de Assistência Social ação que vem ao encontro das premissas do Sistema Único da Assistência Social (SUAS) atendendo à Política Nacional de Assistência Social (PNAS), que permitirá integrar os programas municipais, estaduais e federais atualmente em funcionamento no município.

Esses programas estão sendo executados nos cinco Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) do município, cada um com capacidade para atender até mil famílias.

Existem ainda programas desenvolvidos por entidades sociais e pela prefeitura em outras áreas que não possuem CRAS, com recursos municipal, estadual e federal.

Ressalta-se que, a EMDHAP dispõe de uma equipe de profissionais, da área de Serviço Social, que desenvolve ações de atendimento e acompanhamento às Comunidades em que os Programas habitacionais são desenvolvidos.

4.7.1. COMBATE À POBREZA

Em 2005, cerca de R\$ 1 milhão foi transferido à população em situação de pobreza, por meio dos vários programas de transferência de renda executados pela prefeitura em parceria com os governos federal e estadual, apoiando mais de 2 mil pessoas.

A maioria desses programas objetiva o acesso da população beneficiada aos serviços sociais básicos e, em alguns casos, a transferência está condicionada à frequência aos serviços de educação, saúde e assistência social.

Para evitar a dependência dessa população para com esses programas de transferência de renda, a SEMDES desenvolveu o Projeto Pró-Família, que atende cerca de 2 mil famílias visando o desenvolvimento de suas potencialidades e fortalecendo os vínculos familiares e comunitários.

A prefeitura realiza ainda vários outros programas para melhorar as oportunidades de geração de renda da população que vive na pobreza, todos integrados no Programa de Geração de Trabalho e Renda.

Um deles, o Programa Banco Social, tem por objetivo conceder microcréditos a empreendedores de micro e pequenos negócios, auxiliando na abertura do empreendimento e/ou no desenvolvimento dos já existentes. No entanto, o número de beneficiários desse programa ainda é pequeno: em 2006, atendeu, apenas, até dez empreendedores por mês.



A estruturação do SFH possibilitou a constituição do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)¹⁷, e da poupança privada para promover entre 1964 e 1985 a construção de mais de 4 milhões de moradias⁷ e implantar os principais sistemas de saneamento do país (ARRETICHE, 1990).

Este Autor ainda, considera que a política da "casa própria" representava, desde o período populista, uma importante estratégia de legitimação junto às classes trabalhadoras urbanas, seja através da criação de oportunidade de empregos na construção civil e mesmo de contenção das pressões sociais através do compromisso do financiamento, tornando-se a base da atuação e da propaganda durante a existência do BNH.

Neste cenário apresentado, é possível considerar que, a partir do final dos anos 50, Piracicaba teve uma expansão urbana de cinco vezes a sua área, atingindo regiões distantes da ocupação original quando da formação do município.

Essa dinâmica ocupacional foi motivada por mudanças conjunturais e estruturais que ocorreram no geral, sem um planejamento territorial adequado, muitas vezes estimulada por interesses difusos.

Dentre os fatores conjunturais destacam-se a consolidação do comércio como pólo regional nas décadas de 60 e 70, a ampliação e a diversificação do parque industrial no final dos anos 70 e início dos 80, a forte migração nos períodos da safra da cana-de-açúcar e o crescimento do número de vagas do ensino superior, em especial nas décadas de 80 e 90.

Essas mudanças estimularam o surgimento de pelo menos 15 novos loteamentos nas décadas de 70 e 80, implantados tanto em áreas vazias do perímetro urbano como em áreas rurais, vizinhas ao perímetro urbano, forçando seu desmembramento e ajustes na legislação municipal.

¹⁷ Criado em 1966, é composto por contas vinculadas em nome dos trabalhadores, nas quais as empresas depositam mensalmente valor equivalente a 8,5% das remunerações que lhes são pagas ou devidas. O Fundo constitui-se em um pecúlio que é disponibilizado quando da aposentadoria, morte do trabalhador ou outras situações estabelecidas na Lei e representa uma garantia para a indenização por tempo de serviço, nos casos de demissão involuntada.

Com o Distrito Industrial vieram os migrantes, a produção de habitações foi insuficiente e a indústria absorveu apenas a mão-de-obra especializada, fazendo surgir os primeiros núcleos de favelas¹⁸ (ANEXO 1 e 2).

Nos anos 70, quando da intensificação do processo de industrialização aliado à conjuntura econômica da época e a implantação do Distrito Industrial UNILESTE, além do êxodo rural, cerca de 70 mil pessoas migraram para a cidade de Piracicaba.

Assim, nessa época Piracicaba ultrapassa alguns limites tradicionais, atingindo, entre outros pontos consideráveis, o ribeirão do Piracicamirim, o rio Corumbataí, o ribeirão Guamiun, em especial a região norte/nordeste do município e o considerável crescimento do Distrito de Santa Terezinha.

Esse crescimento teve reflexos imediatos na qualidade de vida da população, em especial no que se refere à questão da moradia.

Os problemas decorrentes do modelo de desenvolvimento nacional e regional deste período se reproduziram em Piracicaba, como a concentração de terra e de renda, o êxodo rural, assim como as ocupações de áreas verdes e de risco, devido à falta de opções de moradias para os pobres. Crescem as pressões populares, reivindicando infra-estruturas de saneamento urbano, equipamentos de saúde, educação, melhorias nos transportes públicos e outros.

Em 1978 a cidade já tem 13 núcleos de favelas segundo pesquisa da Faculdade de Serviço Social de Piracicaba. A publicação acrescenta que foi na região sudoeste de Piracicaba que se deu o crescimento mais desordenado, com o surgimento de vários núcleos que contrastavam com o restante do município, conforme coloca Villaça (1998) "diferentes classes ou camadas sociais tendem à se concentrar em diferentes regiões gerais ou conjuntos de bairros da cidade".

¹⁸ "Habitações" construídas de forma improvisada, utilizando materiais não convencionais da construção civil. Nestas "construções", geralmente, utiliza-se tábuas e placas de madeiras para o principal constituinte de pisos, paredes e cobertura.

Hoje, porém, os setores segregados com favelas e conjuntos habitacionais atingiram outras regiões da cidade, principalmente as periferias.

4.8.1 ASSOCIAÇÃO DOS FAVELADOS DE PIRACICABA (ASFAP)

A intensificação do processo de industrialização da década de 70, juntamente com a concentração de terras, trouxe para a cidade migrantes "expulsos" do campo, bem como população de outras regiões em busca de empregos.

Porém, a indústria não conseguiu absorver toda a mão de obra, principalmente dos migrantes com nenhuma ou baixa qualificação, assim essa população tenta sobreviver em condições de vida muito precárias.

A cidade não estava preparada em termos de infra-estrutura, principalmente moradia e serviços urbanos, para atender a demanda, principalmente aquela desempregada ou com empregos informais ou sazonais, por exemplo no corte da cana ou na construção civil, assim processo de favelização se intensifica em meados de 72.

Conforme Siqueira (1993), 75% dos favelados reconhecem que os direitos básicos citados por eles como salário, saúde, habitação, alimentação e educação só são reconhecidos e respeitados se houver organização.

Foi neste contexto social que em meados de 1977 começou a se esboçar os traços da organização do movimento favelado de Piracicaba, com o objetivo principal de luta pela posse da terra por eles ocupadas, principalmente porque nesta época o Governo Municipal, juntamente com o Estadual, elaborava um projeto para remoção das favelas, que consistia em loteamentos distantes, com apenas um banheiro em cada lote, e sem a participação da população que seria envolvida no projeto (FUNES, 2005)

Os primeiros traços de resistência surgiram principalmente por parte das mulheres, devido ao desejo e à necessidade de permanecerem no local,

onde havia nas proximidades, além de outros, equipamentos comunitários como creches e escolas que atendiam a seus filhos¹⁹.

Contudo, devido ao desejo e a necessidade de permanecer no local ocupado, e com a remoção de duas favelas pelo poder público municipal, o processo de participação é ampliado.

Depois de várias discussões, inclusive com o apoio da Igreja Católica, a legalização da Associação dos Favelados de Piracicaba (ASFAP), com estatuto e normas aconteceu em 18 de Abril de 1982.

Em 1983, com o apoio da Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP), o I Congresso Piracicabano dos Trabalhadores Favelados, é realizado, trazendo com o tema: "Urbanização: Posse da Terra, Resistir e Urbanizar" (FUNES, 2005).

Neste período acontece na cidade vários atos públicos, passeatas e assembleias promovidos pela associação, onde a repercussão foi imediata, com várias reportagens nos jornais da cidade sobre propostas do movimento.

Assim, considerando as orientações do I Congresso da ASFAP, inicia-se de forma autônoma o processo de urbanização, que consistia na medição de lotes, mudança de barracos, abertura de ruas e vielas, e ligações de redes de esgoto e água, mesmo que clandestinamente (SIQUEIRA, 1993).

Apesar das tentativas de remoções das favelas pelo poder público da época, a prefeitura não conseguiu atingir seus objetivos. Com o apoio de algumas Instituições a ASFAP passou a ganhar força e legitimidade (FUNES, 2005).

Em 1986, acontece o II Congresso dos Trabalhadores Favelados com o tema "Uso Real da Terra e Participação Popular". O evento reforçou a luta da entidade à nível local e a difundiu à nível nacional. Foram seis meses de

¹⁹ A presença das mulheres neste tipo de Organização, está intimamente ligado ao papel da mulher enquanto mãe, que busca defender sua família.

preparação para sua realização, que contou com o apoio principalmente da UNIMEP.

Em 1989, o então Vice-Presidente foi deposto sob acusação de "incentivo às ocupações", evidenciando o racha na Entidade, que durante quatro meses fica com duas diretorias.

Em março de 1990, em assembleia é eleita uma nova Diretoria. Esse período de sérias conturbações políticas foi marcado por grande perda da credibilidade da entidade perante a sociedade civil.

Em agosto de 1989 o Governo Municipal recebe da ASFAP um novo projeto reformulado de Uso Real da Terra, e o encaminha para a Câmara Municipal. Devido à vários motivos, entre eles conflitos internos na Associação, a mobilização fica prejudicada e o projeto de uso real é arquivado.

Em novembro de 1991, realizou-se o III Congresso que teve como tema: "Pelo Direito à Vida - Uso Real da Terra, Urbanização, Saúde, Educação". O movimento procurou se basear no artigo 162 da Lei Orgânica do Município, onde se esclarece que o direito de propriedade está submetido ao "estado social de necessidade" e ao cumprimento das funções sociais da cidade.

O evento buscou retomar a credibilidade do movimento frente a sociedade civil, ouvindo debatedores com opiniões divergentes sobre o assunto, para explicitação e fundamentação de posições sobre o "Uso Real da Terra" (FUNES, 2005).

Com a remoção das favelas, neste momento, não era mais uma preocupação, a Entidade passou a focar em ações para a urbanização

A partir de 1993 a participação da ASFAP nos projetos habitacionais começa a perder força, se extinguindo.

Atualmente, os moradores dos diversos bairros que passaram pelo processo de urbanização e/ou regularização fundiária são representados junto aos órgãos públicos através de suas associações de bairros.

Deve-se ressaltar que, Piracicaba ainda se mobiliza propiciar espaços de discussões e proposituras popular. Recentemente o Município realizou a I Conferência da Cidade para se discutir o planejamento urbano, evento que ocorreu em 05 de dezembro de 2009, na Estação da Paulista.

Em nível nacional, a primeira edição da Conferência das Cidades aconteceu em 2003, o mesmo ano de criação do Ministério das Cidades.

A VI Conferência Nacional das Cidades, acontecerá em Brasília, nos dias 19 a 23 de junho de 2010, onde Piracicaba estará representado por dois representantes eleitos durante a realização da IV Conferência Estadual das Cidades, realizada recentemente Memorial da América Latina, na capital, São Paulo.

A VI Conferência Nacional das Cidades, terá como tema e lema escolhidos, respectivamente:

- "Avanços, dificuldades e desafios na implementação da política de desenvolvimento urbano" e;
- "Cidade para todos e todas com gestão democrática, participativa e controle social".

Diante deste cenário, Piracicaba caminha dando exemplos de participação, em todos os níveis²⁰, nos processos de elaboração de diretrizes, programas e políticas de interesse social.

²⁰ Nas três esferas de Governo e no município, com a realização de fóruns e plenárias onde lideranças populares podem participar, sugerindo e acompanhando as diversas ações e programas de interesse social que o Município está desenvolvendo ou elaborando. Como é o exemplo deste Plano Municipal de Habitação de Interesse Social.

4.9. MARCOS REGULATÓRIOS LEGAIS

4.9.1. Legislação Municipal Relacionada à Habitação de Interesse Social (HIS)

Piracicaba começou a legislar a construção de seu território em 1926, sob o comando do então prefeito Coriolano Ferraz do Amaral, naquela época Piracicaba contava com uma população de 67.732 habitantes, segundo o censo do IBGE de 1920, o código de construções como era chamado era influenciado pelo Código Sanitário da cidade de São Paulo.

Nesse primeiro código a cidade já apresentava uma divisão da cidade em zonas, a saber: Zona Central, Zona Sub-Central, Zona Urbana e Zona Suburbana; a principal influência desse primeiro código era da engenharia higienista.

Desde então, a cidade cresceu em população e território e a sua legislação urbanística também evoluiu, com o primeiro PDDP a legislação urbanística foi complementada agregando a Lei do Plano Diretor, Lei de parcelamento do solo, Lei de zoneamento, Lei de uso e ocupação do solo e Código de obras.

Embora o PDDP tenha sido aprovado em 1975, as leis que deveriam ter sido aprovadas ao mesmo tempo em que o PDDP, só entraram em vigor em 1985, depois de muitas modificações acrescentadas pela Câmara Municipal.

Assim, foram aprovadas as seguintes Leis: Lei nº 2.641/85 sobre o zoneamento e uso do solo urbano, Lei 2.641/85 sobre as Normas Gerais para Edificações, Lei 2.643/85 sobre o Parcelamento do Solo, Lei nº 2.644/85 sobre o Processo Permanente de planejamento e a lei 2.645/85 sobre o Sistema Viário Básico do Município.

Esse conjunto de Leis passou a estabelecer as normas de construção do território do municipal embora tenha sido aprovada não correspondendo à realidade do município, não apresentando em nenhuma delas a preocupação com as camadas menos favorecidas economicamente, nessa legislação a previsão era que o menor salário da cidade seria de quatro salários mínimos para a população de Piracicaba.

A previsão não se concretizou surgindo no município uma população que não era atendida pelo mercado imobiliário.

Na década de 1980 o Município apresentou grande crescimento da população e de industrialização, acompanhado de invasões de terras, na sua maioria áreas provenientes de loteamentos regulares como áreas de lazer e institucionais, estabelecendo um grande número de núcleos irregulares.

Assim, fez nova modificação do PDDP em 1990, introduzindo novas diretrizes para planejar o solo urbano como, por exemplo, parâmetros ambientais para determinar o novo zoneamento e seus parâmetros de ocupação, porém novamente a legislação urbanística não foi revista.

Conforme proposto pelo Plano Diretor de Desenvolvimento de Piracicaba (PDDP), de 1991, e com a finalidade de executar a política habitacional do município, de acordo com os planos, programas e projetos do governo municipal, em 1990, através da Lei Municipal nº 3238/90, foi criada a Empresa Municipal de Desenvolvimento Habitacional de Piracicaba (EMDHAP), com a finalidade²¹ de:

- executar a política habitacional do município em conformidade com os planos, programas e projetos do Governo municipal, visando minimizar os problemas de habitações populares e contribuir para o desfavelamento do município;

²¹ Artigo 3 da referida Lei;

- adquirir, mediante autorização do legislativo, imóvel para fins de urbanização, reurbanização, planejamento, construção, administração e venda com fins exclusivamente habitacionais;

- fabricar e comercializar artefatos de cimento;

- explorar usina de asfalto, comercializando seus produtos.

O primeiro passo desta nova Empresa, a EMDHAP, foi diagnosticar a situação de irregularidades no município, mapeando os núcleos irregulares com o cadastramento das famílias neles residentes também abriu inscrições para o primeiro cadastramento de interessados em adquirir a casa própria.

Em 1991 foi executado um empreendimento denominado Conjunto Habitacional Alvorada, com aproximadamente 1500 unidades residenciais, através do Programa de Ação Imediata em Habitação (PAIH), que atendeu uma população com renda familiar de 5 à 10 salários mínimos.

A partir de 1993, a política habitacional adotada para a população com renda familiar de 4 à 7 salários mínimos, foi a promoção de lotes urbanizados, através do Programas Pedacinhos de Piracicaba (PROPEPI) e Cesta Básica de Materiais de Construção, elaborado pela EMDHAP, através de convênio com a CAIXA, atendendo, aproximadamente, 6.000 famílias (Figura 9).

Figura 9 - Residência construída pelo programa Cesta Básica de Materiais para Construção.



Fonte: EMDHAP (1993).